



# Anais da Assembléia

N.º 49

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 14 DE MAIO DE 1987

ANO XIII

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA  
ATA DA 37.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 1.987  
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Cândido Bastos.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acir Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (53). Achando-se em licença o Sr. Deputado Homero Oguido (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Mensagens:

MENSAGEM N.º 42/87

Curitiba, 07 de maio de 1987.  
Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos aditivos datados de 27 de agosto de 1985, e 28 de outubro de 1986, de revigoramento do Convênio n.º 63/84, celebrado em 27 de dezembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Estado do Planejamento, da Agricultura, do Interior, com a Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, o Município de Curitiba e o Instituto de Pesquisa e Planejamento de Curitiba - IPPUC, objetivando a execução do Projeto "Unificação de Bases Cartográficas - UNIBASE".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 43/87

Curitiba, 11 de maio de 1987.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n.º 057/86, celebrado em 09 de maio de 1986, entre a união, através do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, o Estado do Paraná e o Município de Curitiba, no qual figuram como intervenientes a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos - EBTU, a Secretaria de Estado do Planejamento, a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC, objetivando a execução e implementação de projetos, obras, serviços e demais atividades, estritamente conforme especificadas, no III Projeto EBTU/BIRD-III/PROPAV/INSTITUCIONAL e Programa de Investimentos em Transportes Públicos em áreas onde reside população de baixa renda, utilizando soluções de baixo custo, na Região Metropolitana de Curitiba.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a

Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

Emenda:

**EMENDA SUBSTITUTIVA**

AO PROJETO DE LEI N. 58/87

Art. 1.º - Fica criado o Município de LINDOESTE, com território desmembrado do Município de Cascavel, formado com partes dos territórios dos Distritos Administrativos de Lindoeste e Santa Tereza, com sede na localidade de Alvorada D'Oeste, que passa a denominar-se LINDOESTE, e com as seguintes divisas:

"Começa no Rio Gonçalves Dias na Foz do Córrego Branco ou São Lourenço, descendo pelo Rio Gonçalves Dias até a Divisa Intermunicipal de Cascavel com Capitão Leônidas Marques, desse ponto segue em direção leste pela referida divisa até alcançar o Rio Andrada, pelo Rio Andrada acima até a Foz do Córrego Diamante, pelo Córrego Diamante acima até a foz do terceiro afluente da margem direita, por esse acima até sua nascente, daí em linha reta e seca, alcança a cabeceira do Córrego de divisa da Fazenda da Paz, por esse abaixo até sua foz no Rio da Paz, descendo pelo Rio da Paz até a foz do Córrego Mangabeira, pelo Córrego Mangabeira até a foz do Córrego Mamangava, por este Córrego acima até a foz do Córrego Mussambinho, por esse acima até sua cabeceira norte, daí em linha reta e seca alcança a cabeceira norte do Córrego Branco ou São Lourenço, descendo por esse Córrego até sua foz no Rio Gonçalves Dias, ponto inicial".

**MEMORIAL DESCRITIVO DO  
PERÍMETRO URBANO DA SEDE DO  
MUNICÍPIO DE LINDOESTE:**

"Tem como ponto inicial e final o encontro da Avenida Senador Souza Naves com a Rua Altidorio Vargas, seguindo pela Rua Altidorio Vargas até a Quadra 7-A, pela divisa das Quadras 7-A e 12 (inclusive) com o lote 384 (exclusive) até a Rua Marcílio Moraes, pela referida rua até a Quadra 19, pela divisa da Quadra 19, 25 e 30 (inclusive) com os lotes 382 e 489 (exclusive) até a Rua Casemiro Golicheske pela referida rua até a Rua Antônio Inácio de Lima, pela referida rua até a Rua Hugo Portela, pela Rua Hugo Portela até a Avenida Senador Souza Naves, pela Avenida Senador Souza Naves até a Rua Altidorio Vargas".

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.05.87.

(aa) DAVID CHERIEGATE, ANTÔNIO ANNIBELLI e GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda Substitutiva visa apenas esclarecer com mais detalhes as divisas do novo Município, não alterando os limites já especificados no projeto de lei original.

Em razão da não existência de lei municipal delimitando o centro urbano da localidade de Alvorada D'Oeste, que abrigará a sede do novo município, e por exigência da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para fornecer com precisão os dados exigidos pela Lei Complementar Federal n. 01, de 09 de novembro de 1967, indispensável é a inclusão na Emenda, do Memorial Descritivo do Perímetro Urbano da sede do Município de Lindoeste.

Telex:

17754 U PRCT  
13/1832  
XPC02242 1305 1809  
CURITIBA/PR

TELEGRAMA

EXMO. SR.  
DEPUTADO LINDOLFO JUNIOR  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
CURITIBA - PR  
"PARABENIZAMOS A INICIATIVA DE VOSSA EXCELENCIA E APOIAMOS O REQUERIMENTO PARA IMPLANTAÇÃO A PARTIR DE 1988 DA GRATUIDADE DO ENSINO SUPERIOR ESTADUAL" CORDIALMENTE

FERNANDO PONTE DE SOUSA  
REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
935TXCTAA BR  
442198FUNU  
17754 U PRCT

Sala das Sessões, em 14.05.87.

(a) ANIBAL KHURY.

Requerimentos:

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente:

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações a serem oficiados ao Sr. Genuir Geraldo Basso, Superintendente do Banco do Brasil no Paraná, pelo excelente atendimento dispensado aos inúmeros agricultores que procuraram o citado estabelecimento bancário para tratar de problemas relacionados com suas dívidas, resultantes de financiamen-

tos agrícolas.

Não pode passar despercebida a dedicação e os esforços desinteressados do Sr. Genuir, na busca de soluções para a situação aflitiva vivida pelos agricultores, demonstrando grande visão administrativa, sensibilidade, bem como sua preocupação para com um dos mais importantes setores da economia nacional.

Sala das Sessões, em 14.05.87.

(a) NILTON BARBOSA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em Ata de votos de congratulações aos Coronéis Wantuil Borges e José Bonifácio Marcondes Baptista, pelas suas nomeações, respectivamente, para os cargos de Comandante Geral e Chefe do Estado Maior da Polícia Militar do Estado do Paraná.

A investidura dos homenageados devolverá à Corporação a presença de um comando harmônico com disciplina, lealdade e elevado sentimento de espírito militar, o que, certamente, garantirá a necessária tranquilidade para a garantia de segurança à população paranaense.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência aos homenageados, para que estes levem ao conhecimento de todos os componentes da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 14.05.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja conferido voto de louvor à Associação dos Pequenos e Médios Empresários do Paraná, pela iniciativa em defesa dos microempresários.

Sala das Sessões, em 14.05.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de louvor ao Juiz Augusto Massareto, da Primeira Vara Cível de Londrina, por ter concedido liminar pela sustação de possível protesto e ajuizamento de execução de débitos pelos bancos contra um microempresário daquele município.

Sala das Sessões, em 14.05.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Comissão de Direitos Humanos, por seu Vice-Presidente abaixo-assinado, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Assembléia Legislativa, a seguinte proposição: REQUER, após ouvido o Plenário, "Moção de Apoio" ao Comitê de Solidariedade ao Pastor Fuchs, na forma do documento extraído de duas reuniões da Comissão de Direitos Humanos, em anexo.

Requer, ainda, que deste e do documento da Comissão, seja dada ciência aos Srs. Deputados Federais Constituintes, às Assembléias Legislativas do País, aos Ministérios Militares e ao Sr. Presidente da República.

Sala das Sessões, em 14.05.87.

(a) ALGACI TÚLIO

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Apoiamento:

Luiz Carlos Alborghetti, Sabino Campos, Pedro Tonelli, Caíto Quintana, Nilton Barbosa, Gernote Kirinus, Djalma de Almeida César, Raul Lopes, Nereu Carlos Massignan, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Dirceu Manfrinato, José Alves, Rafael Greca, Domingos Scarpellini e Antônio Belinati.

JUSTIFICATIVA:

Após duas reuniões em que a Comissão Permanente de Direitos Humanos tendo dialogado amplamente com representantes das diversas entidades de sociedade civil:

- Comitê de Solidariedade ao Pastor Fuchs
  - Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Curitiba
  - Comissão Pastoral da Terra do Paraná
  - Comissão Pastoral Operária do Paraná
  - Secretaria Estadual dos Sem-Terra
  - Ordem dos Advogados do Brasil, seção Paraná
  - Central Única dos Trabalhadores
  - Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil
  - Sindiquímica
  - Associação dos Empregados da Empresa de Correios e Telégrafos
  - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos do Centro de Saúde
  - Articulação Sindical Rural
  - Comissão dos Expropriados de Papanduva
  - Associação dos Reitores dos Seminários Maiores Católicos
  - DCE da Universidade Federal do Paraná
  - Partido dos Trabalhadores
  - Partido Comunista Brasileiro
  - Partido Socialista Brasileiro
  - União da Juventude Socialista (PDT)
  - União das Associações de Moradores de Curitiba e da Região Metropolitana
  - Conselho Nacional de Cineclubes
  - Comitê Chile-luta,
- além dos Parlamentares Algaci Túlio (PDT), Nereu Carlos Massignan (PMDB), Gernote Ki-

rinus (PMDB), Paulo Furiatti (PMDB), Paulino José Delazeri (PMDB), Irondi Pugliesi (PMDB), Alexandre Ceranto (PFL), Ezequias Losso (PL) e Pedro Tonelli (PT).

O objetivo das reuniões foi discutir o processo atualmente em andamento na Justiça Militar contra o Rev. Werner Fuchs, pastor da Igreja Luterana e Coordenador da CPT-Paraná. O Rev. Fuchs é acusado pelo Exército Nacional de agressão à honra e à dignidade dessa instituição.

Em ato público, em julho de 1986, por ocasião do "Dia do Agricultor", o Coordenador da CPT denunciou a situação irregular de Papanduva-SC, onde o Governo Federal, em 1956, desapropriou uma área de 7.614 ha, destinando-o à ampliação do Campo de Instrução Marechal Hermes. A desapropriação atingiu, na época, 41 famílias de agricultores - que em 1963 foram despejados da área. A situação de despejo mantém-se até o dia de hoje, atingindo mais de 400 famílias.

Segundo o parecer da Procuradoria Geral da Justiça de Santa Catarina, o Exército Nacional e a União não conseguiram, até hoje, regularizar a situação da área.

As famílias desapropriadas continuam, portanto, sendo consideradas como proprietárias. Além dessa irregularidade soma-se ainda o fato de as autoridades militares do campo de instrução arrendarem as referidas terras, para extração da erva-mate nativa e para exploração de outras culturas, aos agricultores caracterizados como ex-proprietários.

Foram estes os atos trazidos a público, pela denúncia do Pastor Fuchs, em julho de 1986. Agravando ainda mais a situação dos agricultores de Papanduva, em março deste ano, militares do campo de instrução, seqüestraram um agricultor, filho de um dos proprietários da área. Segundo declarações da vítima, ele foi detido e torturado além de ter sido mantido incomunicável durante uma semana na delegacia de Rio Negro-PR.

A esses fatos, por si só graves e lamentáveis, soma-se fato mais lamentável ainda: - A perseguição pela Justiça Militar, do Coordenador da CPT-PR, enquadrado no artigo 219 do Código Penal Militar, pelo suposto crime de informar à opinião pública sobre atos de desmando que afetam profundamente os direitos mais elementares de cidadãos.

O processo a que nos referimos, que irá a julgamento na Auditoria Militar de Curitiba, no próximo dia 26 de maio, às 14:00 horas, é, para nós, membros da Comissão Permanente de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, Parlamentares de diversos partidos políticos e entidades da sociedade civil, motivo de profunda inquietação:

- O pastor Fuchs será julgado por declarações, por opiniões suas, que segundo o inquérito, teriam ofendido a honra do Exército Brasileiro. Entendemos que não são palavras, mas atos como a bomba do Rio Centro, atos de grupos pára-militares que feriram muito mais a honra do nosso Exército, nos 20 anos de arbítrio instalados neste País. Esses fatos testemunham que a honra do Exército foi realmente ferida e deve ser resgatada através de atos que não sejam como este: o julgamento de um civil por um Tribunal Militar.

Quando um civil enfrenta uma situação semelhante à que se encontra o Rev. Werner Fuchs, esta Comissão Permanente de Direitos Humanos, este Parlamento e o próprio Poder Executivo, representado na pessoa do Excelentíssimo Sr. Governador Álvaro Dias, não podem se omitir de protesto e manifestação e profunda preocupação pela garantia efetiva da liberdade, do direito e da democracia.

Às vésperas do julgamento deste lamentável processo, a Comissão Permanente de Direitos Humanos chama insistentemente a atenção dos Parlamentares desta Casa e do Poder Executivo, para que estes mobilizem todos os seus esforços no sentido de impedir que o Estado do Paraná seja a porta de reentrada do arbítrio, o que não mais condiz com os anseios de liberdade, democracia e justiça da nova realidade política e social, por cuja construção somos responsáveis perante o povo brasileiro.

- Enviar a moção (documento) para Deputados Federais Constituintes, Assembleias Legislativas do País, Ministérios Militares e Presidente da República.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de solicitação oficial ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Saúde, visando a instalação de um posto de saúde no Jardim Apolo, de São José dos Pinhais.

A presente solicitação baseia-se na necessidade do atendimento médico para os inúmeros moradores daquela região, notadamente para os que possuem poucos recursos financeiros.

Seguramente, refere-se o presente requerimento a uma preocupação que vem de encontro aos reclamos do povo daquela localidade, em função das dificuldades atualmente encontradas quando necessitam de assistência aos problemas de saúde, principalmente das crianças que têm que se deslocar para receber atendimento médico.

Sala das Sessões, em 14.05.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Ary Veloso Queiroz, DD. Secretário de Estado do Interior, solicitando a conclusão dos trabalhos de captação e distribuição de água potável no Distrito de Flor do Oeste, Município de Goioerê.

Sala das Sessões, em 14.05.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

## JUSTIFICATIVA:

Os trabalhos de instalação, captação e distribuição de água potável no referido Distrito foram interrompidos por falta de encanamento.

A comunidade local está solicitando providências dessa Secretaria de Estado do Interior para finalização dos trabalhos, pondo fim aos problemas existentes da falta de água.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Ary Veloso Queiroz, DD. Secretário de Estado do Interior, solicitando a conclusão dos trabalhos de instalação de água tratada no Distrito de Bandeirantes, Município de Goioerê.

Sala das Sessões, em 14.05.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

## JUSTIFICATIVA:

A comunidade do Distrito de Bandeirantes está solicitando a continuidade dos trabalhos de captação e distribuição de água potável, em razão de problemas causados pela poluição dos rios por agrotóxicos e defensivos agrícolas.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Srs. Secretário de Estado da Agricultura, Coordenador Regional do Paraná da Companhia Brasileira de Armazenamento - CIBRAZEM, e ao Delegado Regional da Companhia de Financiamento da Produção S/A - CFP, convidando-os para debater nesta Casa de Leis, em horário e dia marcados pela Secretaria, o gravíssimo problema da armazenagem de grãos no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 14.05.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

## JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento visa dar um encaminhamento o mais urgente possível, na

real situação de armazenagem de grãos no Estado, para prevenir problemas imediatos e mediatos.

Tendo em vista que hoje os armazéns das Cooperativas estão abarrotados de produtos adquiridos pela Companhia de Financiamento da Produção CFP, e até o momento não se tem conhecimento de uma política de liberação desses estoques, o que pode trazer prejuízos às próximas safras e culturas de inverno.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Presidente da SANEPAR, Dr. Roque Piragine, solicitando em caráter de urgência a instalação de rede de água para o Distrito de Guaí.

Pede, ainda, envio do presente expediente, ao Vereador Jurandir Mosquini, na Câmara Municipal de Ibaiti.

Sala das Sessões, em 14.05.87.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI.

## JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Ibaiti aguarda com ansiedade o cumprimento de promessa governamental e municipalista, referente à instalação de rede de água para o Distrito de Guaí.

Foi realizada por essa Companhia, a construção de dois poços artesianos, sem resultados positivos. A solução esperada por todos, seria a captação de água do Rio Ribeirão do Engano.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado, urgente, expediente ao Congresso Nacional, na figura dos Srs. Presidentes do Senado e da Câmara, para a elaboração de norma legislativa urgente, no sentido de proibir a liberação de verbas públicas para a execução de quaisquer obras não previstas no Plano Nacional de Viação, aprovado pelo Congresso Nacional.

Tal medida virá impedir o início da discutida Ferrovia Norte-Sul, enquanto o Congresso Nacional não se pronunciar sobre esse projeto.

Outrossim, requer, ainda, que desta medida seja dado conhecimento às autoridades federais, notadamente aos Srs. Presidentes da República e do Supremo Tribunal Federal, aos Ministros da Justiça e dos Transportes.

Sala das Sessões, em 14.05.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

## Apoiamento:

Domingos Scarpellini, Paulo Furiatti,

Lauro Lobo Alcântara, Antônio Annibelli e Anibal Khury.

JUSTIFICATIVA:

A Ferrovia da Produção, que cortará o Oeste do Estado do Paraná e o Sul do Mato Grosso do Sul, consta do Plano Nacional de Viação, como projeto acabado e perfeito. Não é o que ocorre com outras iniciativas adotadas nos últimos meses, como a projetada ligação ferroviária Norte-Sul, objeto de uma vigorosa e persistente polêmica de opinião pública.

Por isso, para ressaltar as prioridades nacionais, propomos que o Congresso Nacional, soberanamente, decreta quais os projetos que podem receber verbas públicas, como condição indispensável para o início de qualquer obra de vulto neste País.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente às Secretarias de Estado do Planejamento e das Finanças, sugerindo o estudo de prorrogação, por mais um ano, dos benefícios de crédito, presumido de ICM, aos produtores de maçã no Paraná, como apoio à Associação dos Fruticultores do nosso Estado, bem como a consagração de votos de congratulações à FRUTIPAR, pela participação na Feira Brasileira da Maçã, que está ocorrendo em São Paulo.

Requer ainda, que se dê ciência da decisão da Casa, ao Presidente da referida Associação, Sr. Danilo Alegretti, à Rua Brasília Itiberê, 3100 - CEP 80230, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 14.05.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

Hoje temos três grandes pólos produtores de maçã no Paraná, os quais se centralizam em Guarapuava, Palmas e Porto Amazonas, mas essa atividade é nova em nosso Estado, e já se sabe da existência de novas áreas produtoras que no futuro terão também grande importância econômica como Londrina, Maringá e a própria região de Curitiba.

Este ano a colheita da maçã já está praticamente terminada no Paraná, tendo sido registrada uma safra de 21.600 toneladas, colocando o Paraná como o terceiro produtor de maçãs no Brasil, apenas atrás de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Para medir a vocação da fruticultura de maçã, podemos citar, que em 1980 o Paraná já produzia 2.300 toneladas. No entanto, devemos lembrar que o Estado também teve papel preponderante no crescimento desta cultura, principalmente através de incentivos fiscais como a do crédito pre-

sumido do ICM, que significa para o produtor o pagamento de 40% do imposto devido. Porém, esse incentivo fiscal tem prazo determinado para se findar em junho próximo.

Se a portaria não for renovada, os resultados naturalmente serão extremamente negativos numa época em que a agricultura enfrenta séria crise.

Por isso, queremos destacar a FRUTIPAR, que vem se destacando como a entidade particular que mais trabalhou na organização e desenvolvimento tecnológico dos produtores de maçã.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, parabenizando-o pelo seu pronunciamento durante as comemorações alusivas ao Dia Nacional da Cavalaria, no Município de Tramandaí-RS, no dia 10 do corrente.

Sala das Sessões, em 14.05.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

No atual momento de crise que vive o País, é de suma importância o pronunciamento do Sr. Ministro, defendendo o fortalecimento das relações entre o Estado e Nação, e pregando a união nacional e o patriotismo como forma de vencer a crise.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando uma política de alimentação e nutrição mais equilibrada e saudável à população do nosso Estado.

Ministro da Saúde, Roberto Santos; Ministro da Agricultura, Íris Resende; Ministro da Indústria e Comércio, José Hugo Castello Branco; Secretário de Estado da Saúde, Delcino Tavares da Silva; e, Secretário de Estado da Agricultura, Osmar Dias.

Sala das Sessões, em 14.05.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

O Governo não tem uma política alimentar e nutricional e muito menos instituições capacitadas e confiáveis para implementar esta política e carece, sobretudo, da vontade de qualquer dessas condições. Está na hora de entendermos que, na prática, política nutricional não é a distribuição de comida em véspera de eleição.

Precisamos nos conscientizar de que política alimentar não é para ser aplicada

somente aos pobres. Estatísticas indicam que 30 milhões de consumidores da classe média necessitam de uma política realmente voltada à uma alimentação mais equilibrada e saudável.

Observam-se todos os dias escândalos alimentares acontecendo à nossa volta, como os coliformes no leite, pesticidas nos vegetais, como na gelatina, hormônios na carne, dióxido de enxofre nos sucos, radioatividade no leite em pó, bromato no pão, botulismo no patê, excesso de clorificação na água, sem contar os conservantes, etc.

Com tantos escândalos, qual seria o produto indicado à população, sem riscos de contaminações.

O que pensar dos ovos de páscoa indicados para emagrecer? Charlatanismo (?!)

Tampouco parecem confiáveis os macarrões que se apresentam vitaminados e imitam com coloridos artificiais, a tonalidade que a presença do ovo costuma dar aos alimentos. Produtos com ciclamato e sacarina não informam claramente sobre os limites máximos de consumo diário. Adoçantes artificiais se fazem passar por extraídos das melhores frutas, são alguns dos escândalos que não chegam a ser raros nas gavetas do Ministério da Saúde nem nas prateleiras dos supermercados.

Considerar que tudo está contaminado e divulgar esta idéia é, antes de tudo, um desserviço ao consumidor. Primeiro porque não é verdade. E, além disso, o induz a um derrotismo contraproducente. "Se tudo está contaminado, não existe outra saída senão continuar consumindo de tudo", difunde o senso comum.

Existe a necessidade de uma campanha nacional de conscientização do consumidor, pois o mar de escândalos sugere que tudo está estragado nas prateleiras, quando, na verdade, o que é necessário é dar condições ao consumidor de distinguir entre o bom e o ruim, isto é de responsabilidade dos homens que governam este País.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. José Carlos Gomes de Carvalho, DD. Secretário de Estado da Indústria e do Comércio, solicitando apoio à Cooperativa de Eletrificação Rural de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 14.05.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

A Cooperativa de Eletrificação Rural de Campo Mourão vem realizando relevantes serviços à população rural, através da distribuição de energia elétrica na área

rural.

Essa Cooperativa necessita do apoio da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, no atendimento à reivindicação Of. 083/87 - CERCAM.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Ary Veloso Queiroz, DD. Secretário de Estado do Interior, solicitando a conclusão dos trabalhos de instalação de água tratada, no Distrito de Jaracatiá, Município de Goioerê.

Sala das Sessões, em 14.05.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

Os trabalhos de instalação de água tratada no referido distrito, estão em fase adiantada, faltando atualmente cavaletes para a conclusão da obra.

A perfuração de um poço principal para captação de águas, gerou falta da mesma em dezenas de residências, cujos poços secaram em função da abertura do poço principal. A comunidade local está pedindo providências urgentes para sanar esse problema, criado com a suspensão dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Está aberta a sessão.

Lida e Aprovada a ata.

Finda a leitura do Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulta a Liderança do PTB, se fará uso do seu tempo. (Declina).

Tendo declinado, consulta a Liderança do PT.

Com a palavra, o Sr. Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Sras., Srs. Deputados, demais presentes, integrantes desta Casa de Leis.

No próximo sábado, nós teremos aqui na Capital do Estado, em Curitiba, o lançamento de campanha nacional, tendo em vista fazer avançar o processo democrático desta Nação.

Como em 1984, Curitiba foi a cidade do lançamento da Campanha Nacional pelas Eleições Diretas, aproveito este expediente, para convocar todos, em nome do Partido dos Trabalhadores, para que se façam presentes às 19:00 horas do próximo sábado, quando estarão aqui dois Constituintes, sendo que um é o Deputado mais votado do Brasil, Luiz Inácio da Silva, o Lula.

Não basta termos eleições diretas, é claro, mas é um avanço importante, creiamos nós, que somos responsáveis pelos destinos do futuro desta Nação, que cada vez



mais está indo para o fundo do buraco.

Vimos ontem através da Folha de São Paulo, matéria trazida a debate nesta Casa por alguns Parlamentares que realmente estão preocupados com a situação nacional e os grandes desmandos que existem. Foi analisada a maneira corrupta como houve o desfecho da concorrência da ferrovia Norte Sul, que pela divulgação e pelo pronunciamento de muitos Parlamentares desta Casa, realmente, comprovam o verdadeiro interesse da construção desta ferrovia, pois, na verdade, está provado que os recursos públicos e o endividamento externo, eles não interessam ao público e a população brasileira, mas sim, interessam basicamente aos grandes lobbies que têm os seus ganhadores e os seus ganhos previamente determinados.

Portanto, mais uma vez, a campanha das diretas, certamente estará embutida a discussão em praça pública, ao apreço de toda a população, aquilo que é bandeira do Partido dos Trabalhadores e creio eu que de todos os democratas: a questão da suspensão do pagamento da dívida externa e a instalação imediata de uma comissão de investigação da origem e dos reais beneficiados por esta dívida.

Precisamos também levar às praças públicas, através da campanha nacional pelas diretas, a nova política econômica que nós tanto precisamos, ou seja um congelamento dos preços e dos salários que contemplem e condigam com as reais necessidades dos trabalhadores e dos pequenos empresários.

É preciso também levar às praças públicas a discussão da estatização do sistema financeiro e bancário, que são os grandes sugadores dos frutos do trabalho da classe trabalhadora brasileira.

É preciso levar às praças públicas a discussão do encaminhamento de uma Reforma Agrária sob o controle dos trabalhadores.

Essas são algumas das questões nacionais que nós precisamos levar à discussão nas praças públicas e reconstruir uma nova força que assuma propostas de mudanças de verdade nesta Nação, porque o poder que aí está, a maioria, não assume, e os que o assumem não querem mudanças, e os que o assumem estão desmoralizados, porque a proposta política que aí está não contempla as reais necessidades da população brasileira.

Por isso, no sábado, todos na "Boca Maldita" e no "Circo da Constituinte", onde serão discutidas, e todas as forças políticas deste Estado, as forças democráticas terão voz e terão vez para se pronunciar e discutir as questões nacionais.

Quero aproveitar também para denunciar aqui mais um no rol dos grandes abusos que estão ocorrendo e que agriem a classe

trabalhadora paranaense. Nós lemos no "Jornal do Estado" de terça-feira, dia 12 passado, numa matéria na página, 8 que diz o seguinte: "Motoristas começam hoje a ser demitidos". E diz o seguinte a certa altura: "A decisão de endurecer no tratamento com empregados em empresas de transporte coletivo, além de ser consensual entre as empresas, é uma recomendação expressa do Prefeito Roberto Requião que entende que a categoria está com muita gente infiltrada justamente para fazer baderna, segundo informou Francis Kini".

Então, esta matéria dá a entender que o Prefeito da maior cidade do Estado do Paraná, que sempre teve um discurso em defesa dos trabalhadores, na sua prática, se for verdadeiro o que está na Imprensa, ele se coloca ao lado dos empresários e contra os trabalhadores.

No jornal "O Estado do Paraná" do mesmo dia há uma matéria na página 11, que diz o seguinte: "Empresas de ônibus começam a cortar cabeças". Fala a matéria que a lista está pronta: cinquenta trabalhadores que participaram da frustrada greve de sexta-feira vão ser demitidos a partir de hoje.

Portanto, essas duas matérias nos bastam para mostrar o real interesse e o real comprometimento do alcaide Prefeito que ocupa a Prefeitura de Curitiba neste mandato.

Muito obrigado, Senhor Presidente. Muito obrigado, nobres colegas. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Consulto a Liderança do Partido Liberal se fará uso do seu tempo.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

"Surpreende a todos nós a maneira como o Governo do Sr. José Sarney encarará o empresariado Brasileiro. No Jornal "O Estado de São Paulo" edição de ontem, dia 12 de maio, a declaração do Presidente de que o empresário brasileiro não tem cultura para aceitar uma política econômica conforme pretende o Governo. A resposta do empresariado foi imediata, pois realmente o empresariado brasileiro, forjado no trabalho e na luta diária com as crises criadas por este mesmo Governo, não tem tempo para aprimorar os dotes acadêmicos que já levaram o poeta do Maranhão para a academia. Porém, é preciso que este Governo assumas suas responsabilidades, ao contrário de inventar medidas de combate a desenfreada corrida dos preços, culpando o empresariado, quando ele próprio criou os mecanismos desta lamentável situação.



Sr. Presidente. Srs. Deputados.

As Micro e Pequenas Empresas vivem hoje um clima de verdadeiro desespero. Estão na mesma situação de produtores agrícolas, cuja condição de insolvência está às portas. Estimulados pelo próprio Governo ao investimento empresarial, acabando com a ciranda financeira, não foram poucos os empresários que se lançaram à aventura do cruzado. Quantos e quantos cidadãos deste País, incentivados por medidas econômicas que atraíam investimentos, deixaram de ser empregados para se tornarem patrões. Formaram Micro e Pequenas Empresas animados por uma temporada atípica, que escondia no seu bojo uma intenção política conforme as próprias fontes deste mesmo governo o confirmaram. E levados de roldão pelo carnaval brasileiro fora de temporada, numa euforia empresarial como jamais este País assistiu, emprenharam-se no plano cruzado. Para manutenção e aumento da produção de suas empresas, estes Micro e Pequenos Empresários correram aos bancos, fizeram empréstimos, investiram realmente nas promessas do Governo e se deram mal. Com juros baixos para pequenos empresários, arriscaram-se a acreditar em Sarney e seus planos mirabolantes e se enterraram.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, o retrato brasileiro é muito triste. Ele tem contornos de verdadeira tragédia social, fruto de um plano econômico que se tornou político e hoje não passa de um sonho. No Paraná, Srs. Deputados segundo dados da Associação das Pequenas e Médias Empresas, cerca de 50% delas estão prestes a fechar. Alguns já sucumbiram na falência, outros relutam em aceitar uma concordata. Alguns já dispuseram até dos seus bens conquistados antes do plano cruzado para honrar compromissos. Os juros chegaram a patamares altíssimos e deflagraram uma crise que está prestes a fechar muitas empresas. E não são apenas os micro ou pequenos empresários que se vêm atingidos por tal situação. Há grandes organizações com a corda no pescoço, gerando para seus empresários situações constrangedoras. De empresários passam a caloteiros, pois não podem pagar seus compromissos. Do sonho de patrão vivem a dificuldade para enfrentar a crise e o caminho da recessão. Alguns, chegam ao esgotamento físico e psicológico que os arrasta para crises pessoais e de família, que lamentavelmente formam um quadro constrangedor neste País. Senhor Presidente, Senhores Deputados. Além desta lamentável situação, cujo retrato hoje é traçado em cores negras, o empresariado em condições de suportar-se, perdeu o estímulo. É preferível investir no mercado financeiro em constante alta, jogando o dinheiro no over, no open, no CDBs, nas operações financeiras mais ren-

táveis, do que aplicar na sua empresa. E com isso, inevitavelmente, caminhamos para a recessão. O nível de emprego, embora não se admita ainda como preocupante ao extremo, vai fazendo o País voltar a um tempo em que milhares sujeitavam-se aos "bicos", para garantir a sobrevivência. O sonho do cruzado acabou. E com ele, o crédito de um Governo que quer criticar o empresariado como sem cultura. Sinceramente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não é cultura que está faltando ao nosso empresariado. É credibilidade. Não é cultura que neste caso, vai salvar o País de um abismo onde Sarney e sua Aliança o jogaram numa aventura política, sem precedentes. Brasília não pode mais isolar-se como Ilha da Fantasia. Escondendo o que se passa no resto do País. Não adianta ameaças de punições rigorosas para quem aumentar os preços antes de trinta dias, pois ninguém mais quer aventurar-se a ser fiscal do Sarney, do Bresser Pereira ou de quem quer que seja. É preciso resgatar a credibilidade. Resgatar o ânimo que o Governo fez o empresariado perder por acreditar em suas falsas promessas; por ter colaborado com um plano cujo retorno o foi apenas político.

O PL, Senhores, solidariza-se com o empresariado nacional. Ele quer ajudar no resgate à credibilidade política. Porém, com sinceridade, sem confrontos, como pretende Sarney. Não vamos resolver a crise econômica que nos atinge, disputando espaços com palavras bonitas ou com choques como o cruzado. É hora de acordar Brasília. Se o gigante adormecido esboçou reação, sua célula principal que é a Capital Federal, infelizmente, parece continuar dormindo em berço esplêndido.

A propósito das dificuldades que vive hoje o empresariado nacional, queremos registrar o recebimento ontem do caderno de sugestões à Constituinte, propostas pelo Conselho Consultivo da Política Industrial e Comercial do Paraná- COIND. Ali estão embasadas recomendações as quais avalizamos, principalmente no que se refere ao sistema tributário, capaz de representar o desafogo dos pequenos e microempresários, que hoje são motivo de nossa preocupação. Avalizamos, por exemplo, as sugestões que preconizam a instituição de imposto único sobre o faturamento das empresas. Partilhemos entre os três níveis do poder impositivo, eliminando-se assim o IPI, ICM e todo o conjunto de impostos que hoje incidem sobre a classe. Avalizamos também, a incidência tributária maior sobre os ganhos de capital, e menor sobre os ganhos do trabalho. E neste caso, passamos inevitavelmente por uma reformulação de conceitos em relação ao imposto de renda. Por último, queremos destacar, de acordo com

estas sugestões, o pedido para um tratamento tributário específico para micro e pequenas firmas individuais ou sociedades comerciais ou industriais. Na medida do possível, queremos comentar mais profundamente este documento que ontem nos foi entregue nesta Casa pelo Secretário da Indústria e Comércio, José Carlos Gomes de Carvalho, com a presença de quase todas as Lideranças Políticas. Fizemos este parêntese apenas para enfocar estas sugestões, pois elas nos parecem altamente positivas quando observamos a dramática situação em que vivem nossos empresários".

(Termina de ler).

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Consulta a Liderança do Partido da Frente Liberal se fará uso do seu tempo.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Em apenas sessenta dias de Governo, o Senhor Álvaro Fernandes Dias, já mergulhou a administração paranaense em quatro graves crises, o que evidencia a bisonhice que está a presidir os atos emanados do Chefe do Executivo Estadual.

É que, o governante paranaense está enveredando por outros caminhos que não são aqueles que se identificam com a exigida moderação, justiça e equidade - qualidades capazes de engrandecer qualquer obra administrativa, por menor que seja.

Os paranaenses esperavam que o Senhor Álvaro Fernandes Dias começasse a governar o Paraná, seguindo uma política nova, livre das peias do odioso patrulhamento político-partidário onde se escondem os propósitos mesquinhos de perseguição àqueles que não se submetem à vontade dos poderosos de hoje, dos ocupantes eventuais do poder, aos caprichos dos que, alçados às posições de mando, começam a se desmandar embriagados pelos sonhos de que tudo podem e acabam por mergulhar no caminho sombrio da vindita política.

Os paranaenses esperavam o advento de um governo novo no estilo, conforme lhes fora prometido nos momentos de pleitear o voto. Um governo grandioso tanto na ação como em conceitos e métodos.

Triste engano!

O que estamos presenciando é a afirmação de propósitos de quem pretende governar em oposição às leis e à justiça.

O Governo demonstrou ser atrabiliário nos episódios relacionados com aposentadorias e nomeações no Tribunal de Contas do Estado. Contra a prepotência do príncipe

governante, encenada na "mis-en-scène" montada no grande palco em que foi transformado o Palácio Iguaçu, e cuja assistência, constituída pelos Prefeitos paranaenses, convocados como se fossem assistir à rendição do Estado nas áreas econômica e social, e não à assinatura de decretos elaborados com mais efeitos propagandísticos, eis que tratavam de matéria que se encontrava "sub-judice", contra a encenação do príncipe governante levantou-se a serenidade, a majestade da justiça, eloquentemente lançada sobre a impetuosidade governamental pelo arrazoado da liminar do mandado de segurança, concedido por um dos mais ilustres membros do Tribunal de Justiça do Paraná, o desembargador Ronald Accioly.

Do Tribunal de Contas, a bisonhice governamental resolveu assestar suas baterias contra o Banco do Estado do Paraná, onde foram atingidos diretores que, dias antes, haviam recebido o placê do Governador para desempenhar importantes funções. E para emendar erros, vem Sua Excelência a público proclamar o óbvio, isto é, que missões de confiança no serviço público não têm ocupantes cativos. E de arranhão em arranhão, o Governo do Senhor Álvaro Fernandes Dias, chega à crise no comando da Polícia Militar, onde, os interesses político-partidários antecederam escolhas que deveriam pautar-se única e exclusivamente sob a óptica do interesse público e não de uma agremiação partidária. O resultado aí está, exigindo providências que restabeleçam a autoridade governamental e a hierarquia na corporação.

E a crise mais recente é a que se alastra no funcionalismo público estadual, com a decisão do Governador de desrespeitar a lei e congelar os gatilhos salariais, resultantes da caótica política econômico-financeira de que o Senhor Álvaro Fernandes Dias é um dos co-responsáveis, por apoiá-la e por sua atuação no passado como dirigente do PMDB.

O Governador de hoje desmente o Deputado Estadual, o Vereador, o Deputado Federal, o Senador da República, o dirigente partidário de ontem em suas juras de solidariedade irrestrita aos servidores públicos do Paraná, em seus justos movimentos reivindicatórios.

E para avivar a memória dos governistas de hoje, que se enfraquece rapidamente no êxtase palaciano, vou relembrar algumas passagens da "Moção de Apelo em Favor do Funcionalismo Público do Paraná", lida nesta Assembléia pelo então Deputado Renato Bueno e quando o Senhor Álvaro Dias era dirigente do PMDB.

Dentre outras considerações, diz a moção que "... os servidores não podem continuar sendo atingidos, injustamente, em

seu poder aquisitivo, por um conjunto de circunstâncias que não se cinge, somente, ao impacto das crescentes taxas inflacionárias ... os responsáveis, no Governo, têm que responder pelos motivos dessa situação... não se admitindo que os vencimentos fiquem abaixo de uma realidade inflacionária aflitiva, quando se sabe que todo o Sistema Financeiro vigente tem seu lastro a partir da correção monetária e juros. Puní-los, agora, com reajustes aquém desses índices significará que, também, não poderão pagar prestações da casa própria e todos os outros encargos que os envolvem, além de impostos e taxas corrigidos por índices fixados pelo Sistema".

Se o PMDB é um Partido coerente, que faça o seu Governador cumprir a lei e pagar os gatilhos salariais sem congelamento.

Mas, enquanto o partido governista de hoje esquece as promessas e juras de ontem, o que presenciamos no Paraná é um Governo esquecido das grandes causas do funcionalismo público estadual, das grandes causas do povo paranaense, um governo voltado para a mesquinhez política, à perseguição de humildes servidores públicos, de ex-prefeitos que não se submetem ao aliciamento político-partidário do partido governista.

Como exemplo gritante dessa condenável prática política que está sendo levada a efeito no Paraná, desejo relatar a esta Assembléia e denunciar à opinião pública paranaense, fatos ocorridos no Município de Uniflor.

Nesse Município, atendendo a interesses meramente políticos e eleitoreiros do Senhor Prefeito Municipal e, possivelmente, do próprio Diretório local do PMDB, o Governo do Estado acaba de demitir o Senhor Pedro Estêrcio, de cinquenta anos de idade, casado, pai de cinco filhos, zelador e guardião do Colégio Estadual Marquês de Herval, onde prestava serviços há quase oito anos. Demissão sumária, injusta e injustificada, diga-se de passagem.

De fato, em tempo algum Pedro Estêrcio, funcionário pacato e cumpridor de seus deveres funcionais, recebeu qualquer advertência ou mesmo qualquer manifestação de desagrado por parte da Diretoria do referido estabelecimento de ensino. Homem simples, assíduo ao serviço, atendia ele aos dois turnos de funcionamento da Escola, embora percebesse apenas Cz\$ 2.500,00 mensais. A realidade é que, desde sua posse, o Senhor Prefeito de Uniflor, Mariano Devanir Gonçalves, não faz outra coisa que marcar sua péssima administração por atos de perseguição política a adversários ou mesmo a pessoas que, distanciadas da política, não pensam como ele. O alvo principal de suas investidas tem sido

o ex-prefeito local, José Carlos Pagliacci, que é funcionário público estadual e que, por duas vezes, já foi Prefeito de Uniflor.

Dos desmandos administrativos do atual Prefeito, até mesmo o Tribunal de Contas do Estado já se inteirou, tendo inclusive determinado uma auditoria, onde muitas irregularidades foram constatadas. Daí resultou o encaminhamento do problema à Procuradoria da Justiça e à Polícia, para apuração das responsabilidades e punição dos culpados.

Em razão de tudo isso, há no Município de Uniflor, um inevitável clima de intranquilidade, pois a cidade é pequena e as desavenças acabam envolvendo toda a comunidade.

Mesmo assim, o Senhor Governador do Estado, conhecendo os fatos, como deve conhecer, tal é a quantidade de assessores que o cercam, poderia e até deveria ter evitado que se consumasse a demissão do aludido zelador Pedro Estêrcio, pois tenho certeza, o fato chegou ao seu conhecimento. Não obstante, ele assim não agiu, mesmo sabendo que essa violência, caracterizada por um ato mesquinho e desumano, só irá contribuir para acirrar ainda mais os ânimos e aumentar as divergências em Uniflor.

Mostrando-se despreparado e não se colocando acima das paixões políticas, o Senhor Governador, ao contrário, do que recomendaria o bom senso, foi mais uma vez incendiário ao invés de bombeiro.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Os fatos que acabei de relatar a Vossas Excelências são a demonstração cabal de que o governo do Senhor Álvaro Dias está se desviando daquele caminho que seria capaz de conduzir a uma base de ação comum para atendimento dos interesses maiores do povo paranaense, para transformar-se no caudatário dos interesses menores de alguns de seus correligionários. Lamentavelmente, não era isso que o Paraná, e seu povo e os seus representantes esperavam de Sua Excelência. As crises na administração estadual estão aí. Estão latentes, exigindo que a ação governamental seja eficaz, eficiente, voltada para os graves problemas econômicos e sociais que afligem o nosso povo, afligem o Estado do Paraná. Basta de mesquinhez política. É preciso ter grandeza para que o povo possa respeitar o governo oriundo das urnas livres e soberanas. Só assim, estaremos ajudando a consolidar a democracia brasileira".

(Termina de ler).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Consulta a liderança do Partido Democrático Social se fará uso do seu horário.

(Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do Partido Democrático Trabalhista.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Pretendia eu, ontem, em Redação Final, me posicionar mais uma vez, a respeito da Reforma Administrativa, mas, em razão da sessão tão conturbada como foi ontem, até nós Parlamentares acabamos sendo levados naquele clima quente e pesado que se estabeleceu ontem nesta Casa.

Mas, hoje, ocupando o espaço da Liderança do PDT, subo à Tribuna, para dizer que a tramitação do Projeto, sem dúvida alguma, marcará os Anais desta Casa, e marcará negativamente, o que é triste, porque ficou caracterizado o arbítrio, a impunidade na violação do Regimento Interno e da Constituição do Estado.

Na discussão desta matéria se pôs a claro que o que aqui vale é o artigo 37, e seus dois parágrafos, ou seja, a vontade dos trinta e nove Deputados do Governo, conduzidos pela vontade maior do Governador.

E vejam, junto aos muitos lances dramáticos, cômicos e tristes, mais um vem se juntar: alegaram Suas Excelências, os Deputados da Situação, do PMDB, que os Deputados da Oposição não poderiam, discutir a matéria e, especialmente, as cinquenta e sete Emendas, porque isto demoraria, levaria um tempo demasiado.

Não se trata, na verdade, do tempo que se levará na discussão do projeto.

Nós dizíamos que um outro lance vem se juntar aos muitos que marcaram a tramitação do Projeto da Reforma Administrativa. Os trinta e nove Deputados do Governo não permitiram aos Deputados da Oposição, discutir a matéria para aperfeiçoá-la, ou, pelo menos, corrigir alguns defeitos ou preencher algumas lacunas, como a que pretendíamos incluir em relação ao problema do trabalho de prevenção contra as drogas e a recuperação de drogados, problema dos mais sérios que enfrenta nosso país e a sociedade e que ninguém quer ver... lamentavelmente.

Mas, não vamos nos afastar do que dizíamos. Senhores Deputados, o projeto só ontem foi apreciado em Redação Final, e só poderá ir à sanção do Governador dentro dos próximos três dias, porque a Oposição se omitiu de seus deveres, ou melhor, porque a Situação se omitiu de seus deveres.

Se não fossem as assinaturas do Deputado Rafael Greca de Macedo e a nossa assinatura, na Comissão de Redação, e este Deputado como Suplente, este projeto não estaria sendo discutido ontem, em Redação

Final.

Porque os Senhores Deputados do Governo simplesmente não se fizeram presentes para a assinatura da Redação Final.

Houve negligência de seus deveres dentro da Comissão e, até mesmo do Plenário. Foi necessária a assinatura de dois Deputados da Oposição, dois Deputados do PDT, Deputado Rafael Greca de Macedo, e este Deputado, para que o processo da Reforma Administrativa tivesse condições legais de vir a Plenário para sua Redação Final.

Dos sete Deputados da Comissão de Redação Final, cinco são Deputados do Partido do PMDB, do Partido do Governo. Onde é que estavam que não fizeram o processo voltar imediatamente a Plenário, em Redação Final? Por que é que não compareceram à Comissão de Redação Final? Por que é que não colocaram as suas assinaturas?

Quantos dias ficou esse processo para- do nessa Comissão, Senhores Deputados?

Deveriam estar preocupados com o tempo, com algumas horas que a Oposição levaria para discutir as Emendas? É brincadeira, porque não se preocuparam em assinar a Redação Final para que voltasse logo ao Plenário?

Mas, Senhores Deputados, as assinaturas da Oposição deram embasamento legal, apenas isto, o embasamento legal para que o processo pudesse voltar a Plenário, mas não deram aval ao Projeto do Governador que trata de reforma administrativa. Mantivemos nossa posição contrária à sua aprovação e especialmente a forma como ele foi aprovado. Prova deste posicionamento da Oposição, contrária à aprovação do Projeto, foram as proposições encaminhadas ontem à Mesa desta Casa. A primeira, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a Questão de Ordem, cuja resposta aliás, estamos até agora aguardando da Mesa. E vai aqui nossa indagação quanto a mesma: Senhor Presidente, o que é que falta para que a Mesa responda formalmente a nossa primeira Questão de Ordem com relação ao Regimento que foi violentado nesta Casa?

Concedo aparte ao nobre Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana- Deputado Algaci Túlio, eu acredito que as Comissões Técnicas dessa Casa são pluripartidárias. Vossa Excelência merece desta Liderança, o aplauso pela sua presença na Redação Final do Projeto da Reforma Administrativa. No entanto, nobre Deputado, a reunião teve número para funcionar, senão não teria funcionado. A Comissão é pluripartidária e a Comissão tem suplentes. Nesta Casa nós temos opiniões políticas partidárias, mas nós temos uma obrigação conjunta no andamento dos processos. Não há mérito, nem desmérito pelo fato da Redação Final ter

tido maioria ou não de Parlamentares da Oposição e do PMDB, porque acima de tudo, estamos investidos de um mandato para nele desempenharmos a nossa função, independentemente de sigla partidária. Faço estas observações em defesa dos companheiros que fazem parte das Comissões e que pelas mais diversas razões, possam não estar numa Comissão num determinado momento, mas evidentemente os seus suplentes e seus companheiros de Assembléia Legislativa, independente de sigla partidária, lá estão para dar continuidade ao trabalho de votação das mensagens que aqui chegam.

Eu agradeço seu aparte, parablenizo aqueles que lá estiveram, na certeza de que com essa conduta nós levaremos adiante o bom trabalho legislativo.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Caíto Quintana.

Quería ainda falar da responsabilidade e bom senso da Oposição. O requerimento para a constituição de Comissão Especial destinada a acompanhar a implantação da Reforma Administrativa do Executivo Estadual, por nós encaminhada, também foi rejeitado.

Vejam bem. A Oposição Senhores Deputados, não veio aqui para tumultuar, mas veio para fiscalizar. E é bom que se diga que por consenso dos partidos de Oposição desta Casa, de todos os Partidos, decidiu-se não tumultuar ainda mais a crise, que grassa nos Legislativos do País, onde a falta de credibilidade, a falta de respeito da comunidade, do povo para com seus representantes, governantes, é uma triste e dura realidade. Temos elementos em mãos para entrar com uma interpelação judicial contra a Mesa desta Casa, pelo não cumprimento dos dispositivos regimentais, o que pode tornar nulo até a Lei. Podemos entrar com a arguição de inconstitucionalidade pelos vícios da tramitação. Mas por hora, nada disso será usado. São instrumentos que, se preciso, poderão ser usados no futuro, no momento oportuno, Senhores Deputados, não agora, porque para tudo há um momento oportuno. Nosso voto foi contrário à Redação. Final do Projeto que dispõe sobre a reforma administrativa encaminhada a esta Casa pelo Governador Álvaro Dias.

Fica, portanto, registrada esta posição da Oposição nesta Casa. Oposição responsável, Oposição coerente, Oposição que quer contribuir para uma melhor situação deste Estado, e para poder reaver a credibilidade do Plenário desta Casa.

Muito obrigado! (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Consulto a Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro se fará uso

do seu tempo.

O Sr. Caíto Quintana - Usará o Horário da Liderança do PMDB o Deputado Paulino José Delazeri.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há necessidade, Senhor Presidente, da Assembléia Legislativa se pronunciar num momento tão importante como esse, da economia, para a sociedade do Paraná, para a sociedade brasileira, para apoiar, através de um voto de louvor, que estou propondo à Mesa, à Associação das pequenas, micros, e médias empresas do Paraná, que estão coordenando aqui no Estado as ações cautelares contra a usura do sistema financeiro, que está pretendendo levar à falência, a maioria das empresas deste Estado.

Senhor Presidente e Senhores Deputados. O Plano Cruzado I, através de proposta política do Presidente da República, disse aos trabalhadores e ao sistema produtivo deste País que agora era a vez dos que queriam trabalhar e dos que queriam produzir, e que estes setores seriam privilegiados naquele momento, através da política econômica.

O Governo Federal, através do Presidente da República estimulou os micro, pequenos e médios empresários, e o setor do capital produtivo, a investirem na produção, e esses setores responderam prontamente ao chamamento do Presidente deste País. Foram às instituições financeiras buscar capital para investimento. O juro proposto naquele momento, Senhores Deputados, era de 2 a 3% ao ano.

O sistema produtivo nunca se desenvolveu neste País, como naquele momento. Mas, para surpresa dos trabalhadores e dos homens interessados em gerar riquezas em produzir neste país, após 21 de novembro de 1986, e principalmente após 1.º de março de 1987, a correção monetária foi reajustada em 72%, transformando este País novamente no País da especulação e não no País da produção.

Naquele período, Senhor Presidente, Senhores Deputados, no ano de 1986, foram criados no Brasil 517 mil empresas, segundo o Departamento Nacional de Registro do Comércio; destas 517 mil, 332 mil, eram exatamente microempresas. Aqui no Estado do Paraná 35.928 empresas foram criadas no ano de 1986, porque assim pedia o Presidente da República; destas 23.134 eram microempresas. Vieram buscar o dinheiro nas instituições financeiras, com o compromisso político, de que os juros seriam de 2 a 3% ao ano.

E após as eleições, após 21 de novembro, e principalmente, após 28 de fevereiro de 1987, todos os empréstimos foram

reajustados em 72%.

Propomos também aqui, Senhor Presidente, um voto de louvor à Justiça do Paraná simbolicamente, através do Juiz Augusto Massareto, da 1.<sup>a</sup> Vara Civil, de Londrina, que determinou, através de medida cautelar, a suspensão de possíveis protestos e o ajuizamento de execuções de débitos, pelas instituições financeiras, contra um microempresário que impetrou mandato contra a usura neste País.

Precisamos, Senhor Presidente, e Senhores Deputados, nos manifestar neste momento ao importante para a economia e para o interesse social do Paraná, pois, a última esperança que nós temos neste Estado, de impedir o caos social, e o caos econômico, é exatamente a justiça do Paraná, que já deu provas da sua sabedoria política, da sua sabedoria social e da sua sabedoria jurídica, através desta medida cautelar.

Precisamos aprovar aqui, Senhor Presidente, um voto de louvor a este juiz, que numa demonstração de coragem cívica concedeu tal medida para impedir a falência, para impedir a concordata e para impedir o caos social neste Estado. Precisamos nos pronunciar, estimulando a Associação dos micros, pequenos e médios Empresários do Paraná, para que continue a organizar e para que continue a estimular os micros, pequenos e médios empresários a impetrarem mandatos de segurança contra a usura do sistema financeiro que hoje penaliza a produção neste País.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Vossa Excelência me permite um aparte?  
(Assentimento)

Só para abrilhantar o seu pronunciamento nesta manhã, também quero deixar registrado nos Anais desta Casa a decisão corajosa, brilhante, do Poder Judiciário da minha cidade, do meritíssimo Juiz Dr. Augusto Massareto e deixar aqui também nos Anais desta Casa registrado a matéria publicada no jornal "A Folha de Londrina" e pediria até, ilustrando o seu pronunciamento, que todas as televisões brasileiras mostrassem esta reportagem aos microempresários do Brasil, porque o Dr. Augusto Massareto, que representa e orgulha a justiça do meu Estado, que dignifica a justiça do meu País, tomou uma decisão de suma importância. E o mais importante, Deputado Paulino José Delazeri, foi uma decisão corajosa.

Ao mostrar, ontem na televisão, esta matéria da "Folha de Londrina", eu incitava a que todos os microempresários procurassem os seus advogados, para que entrassem na justiça com medida cautelar, porque o microempresário pegou o dinheiro no Plano Cruzado a 2% e hoje ele está sendo as-

sassinado, violentado, por banqueiros com belíssimos iates, com belíssimas mordomias, enquanto o microempresário está sendo assassinado e violentado pelos juros abusivos dos banqueiros que dominam a política econômica da Nação brasileira.

Parabenizo Vossa Excelência nesta manhã. Que Deus ilumine a sua cabeça, para que a sua mensagem ecoe não só através da imprensa escrita, mas também através da imprensa radiofônica, da imprensa televisada, a toda a Nação brasileira. Que este alerta chegue a todos os microempresários e que eles deflagrem, de mãos unidas, uma grande força contra os banqueiros.

O dia em que aparecer neste País, um homem que acabe com este abuso contra os microempresários e meta na cadeia um banqueiro, aí eu acredito que realmente muita coisa mudará na Nação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Eu gostaria que os companheiros desta Casa observassem a importância desta medida, decidida por um juiz da Cidade de Londrina e aqui do Estado do Paraná.

No Estado do Paraná nós temos aproximadamente 52 mil microempresas, que são responsáveis diretos, no mínimo, por quatro empregos cada uma. Isso significa 200 mil paranaenses que estão a mercê da usura do sistema financeiro e que poderão enfrentar o desemprego amanhã e a fome nas suas famílias, situação instalada a partir da cobrança dos débitos das micro e pequenas empresas do Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os 200 mil empregados das microempresas, mais os 50 mil proprietários de microempresas, somam, contados os seus dependentes, mais de um milhão de pessoas neste Estado cujo futuro, vida e direitos de sobrevivência estão em jogo. Portanto, é necessário que os demais companheiros se pronunciem, levando a nossa mensagem de apoio ao Poder Judiciário para que, num ato de sabedoria social, venha a conceder muito mais liminares aos empresários, que estão sendo lesados neste momento.

Era, isto, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O Sr. Artagão Mattos Leão - (Pela Ordem). Senhor Presidente, eu gostaria apenas - e com a vênia de Vossa Excelência - comunicar a presença neste Plenário do Senhor Evaldo Rack, ilustre Prefeito de Altamira, no Paraná, que muito nos honra e



a este Parlamento.  
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência agradece a lembrança de Vossa Excelência e agradece pela presença do Prefeito de Altamira e também anuncia a presença, neste Plenário, do Prefeito de Indianópolis, Senhor Norberto Martins Quental, assim como a do Vereador, Senhor José Leopoldo Binder, que muito nos honram com a sua presença.

Encerrado a Hora do Expediente, passamos à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei n. 58/87, de autoria dos Senhores Deputados Antônio Annibelli, David Cheriegate e Gernote Kirinus, constante do expediente. Junte-se ao Projeto de Lei n. 58/87.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 205/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 124/86), dispondo que a categoria funcional de Técnico de Administração, código P-15, constante do Anexo I, do Grupo P-Profissional, da Lei n. 7.424, de 17.12.80, fica transformada em categoria funcional de Administrador. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

#### Comissão de Constituição e Justiça

##### PROJETO DE LEI N. 205/86

#### P A R E C E R:

O Projeto de Lei em exame, oriundo da Mensagem Governamental n. 124/86, dispõe que a categoria funcional de Técnico de Administração, código P-15, constante do Anexo I, do Grupo P-Profissional, da Lei n. 7424, de 17 de dezembro de 1980, fica transformada em categoria funcional de Administrador.

A matéria já foi apreciada por esta Comissão de Constituição e Justiça, merecendo o necessário e indispensável parecer favorável.

Retorna a esta Comissão, em atendimento ao requerimento do nobre Deputado Nestor Baptista, para que seja examinada a Emenda Aditiva n. 1, apresentada no Plenário em 2.<sup>a</sup> Discussão.

A Emenda pretende incluir a carreira de Inspetor Detetive ao Quadro de Pessoal da Polícia Civil.

A matéria fere preceito constitucional, pois a sua iniciativa é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer contrário, opinando pela sua rejeição.

Sala das Comissões, em 06.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Relator

Em votação o Projeto. Em votação a Emenda Substitutiva de Plenário.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, gostaria de ter um melhor esclarecimento com relação a esta Emenda.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência determina ao Senhor 1.<sup>o</sup> Secretário que faça a leitura do solicitado.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - (Anibal Khury) (Lê): "Art. 1. dá nova redação ao art. 2. da Lei 7711, de 15 de julho: "O vice-governador poderá exercer funções em órgãos da administração direta e indireta do Estado e da União. Pelo exercício das funções de que trata o caput deste artigo, o vice-governador não perceberá qualquer espécie de remuneração, assegurando-se entretanto o direito de opção, exceto nos casos de órgãos de deliberação coletiva".

Em votação a Emenda.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Achamos de suma importância a Emenda que se coloca a este Projeto, porque visa dar condições para que o Paraná possa ter melhor representação a nível federal. Sentimos, de tal forma é palpável a situação, que nós, paranaenses, somos mal representados na esfera federal. E é por isto que o Paraná perde oportunidade e tempo em ver complementada ou construída a Ferrovia da Produção, assim como deixa de receber tantos outros benefícios de extrema importância para nós.

Entendemos que esta Emenda, que dá condições ao vice-governador de exercer funções não apenas a nível estadual, mas também a nível federal, é uma grande possibilidade para que o Paraná, evidentemente, possa ter melhores condições de lutar em benefício dos paranaenses.

Mas subo à esta tribuna para fazer também aqui, um protesto, e lamentar, profundamente, a posição tomada pelo PMDB, pelo Governador Álvaro Dias, quando acabou pedindo a exoneração de Osires Stenghel Guimarães da Presidência da Rede Ferroviária Federal. Todos nós, conhecemos a capacidade deste profissional, a sua honesti-



dade, o seu trabalho e a importância durante o período em que esteve à frente da Rede Ferroviária Federal, e conseguiu realmente movimentar aquele setor e dar uma maior dimensão à nossa Rede Ferroviária Federal.

E lamento que Sua Excelência o Governador vá à Brasília e peça, ao pé do ouvido do Presidente Sarney, a exoneração de Osires Stenghel Guimarães, somente pelo fato do mesmo ter dado apoio ao Senador, também do PMDB, Senhor Affonso Camargo, na prioridade da construção da Ferrovia da Produção.

Faço esse protesto, voto favorável à Emenda, porque entendo que ela trará benefícios ao nosso Estado. Mas faço, apenas, este reparo, dizendo que perde o Paraná uma excelente oportunidade de ter ainda na Rede Ferroviária, um paranaense, homem de capacidade, e um técnico dos mais competentes, apenas talvez, até, por mesquinha política.

É esta a nossa posição. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Continua em votação a Emenda:

Aprovada.

Em votação a Emenda do Deputado Rafael Greca, devidamente apoiada por vários outros Deputados. Com parecer contrário da CCJ: Rejeitada.

1. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 41/86, de autoria do Sr. Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a PRÉ-ESCOLA DIVINO ESPÍRITO SANTO - MATERNAL E JARDIM DE INFÂNCIA, com sede e foro em Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 15/86, de 24.03.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 41/86

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, declara de Utilidade Pública a Pré-Escola Divino Espírito Santo - Maternal e Jardim de Infância, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

A matéria atende ao disposto na Lei n. 6994, de 10 de janeiro de 1978, que define as normas para a declaração de utilidade pública.

Neste sentido, manifestamos o nosso Parecer Favorável, opinando pela sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 28.04.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
CÂNDIDO BASTOS - Relator.

1. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 60/86, de autoria do Sr. Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de Utilidade Pública

o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE URAÍ, com sede e foro na cidade de Uraí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 24/86, de 09.04.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 60/86

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uraí, com sede e foro na cidade de Uraí, Estado do Paraná.

A supra citada entidade, atende plenamente ao disposto na Lei n. 6994, de 10 de janeiro de 1978, que define as normas para a declaração de utilidade pública.

Por tal fato, nosso Parecer é Favorável, nos permitindo ainda opinar favoravelmente pela aprovação da referida matéria.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 28.04.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
TADEU LÚCIO MACHADO - Relator.

1. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 96/86, de autoria do Sr. Deputado MÁRCIO ALMEIDA, que declara de Utilidade Pública o CENTRO DE PLANEJAMENTO NATURAL DA FAMÍLIA - CENPLAFAM, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 40/86, de 08.05.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 96/86

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Márcio Almeida, declara de Utilidade Pública o Centro de Planejamento Natural da Família - CENPLAFAM, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

A matéria atende ao disposto na Lei n. 6994, de 10 de janeiro de 1978, que define as normas para a declaração de utilidade pública.

Neste sentido, manifestamos o nosso Parecer Favorável, opinando pela sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 28.04.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
ACYR MEZZADRI - Relator.

1. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 110/86, de autoria do Sr. Deputado NELSON VASCONCELLOS, que denomina Vereador Agenor Bortolom, a Rodovia que liga o Município de Cruzeiro do Oeste ao Município de Nova Olímpia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 45/86, de 15.05.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 110/86

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Nelson Vasconcellos, o presente plano de lei tem por finalidade denominar "Vereador Agenor Bortolom", a rodovia que liga o Município de Cruzeiro do Oeste ao Município de Nova Olímpia.

Analisando o projeto, verificamos tratar-se de matéria que atende plenamente aos preceitos legais e constitucionais que regem o assunto.

Assim sendo, a presente iniciativa recebe Parecer Favorável desta Comissão.

Sala das Comissões, em 28.04.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
GERNOTE KIRINUS - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 130/86, de autoria do Sr. Deputado OSVALDO ALENCAR FURTADO, que declara de Utilidade Pública a FEDERAÇÃO UMBANDISTA DO ESTADO DO PARANÁ, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 59/86, de 10.06.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 130/86

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado, declara de Utilidade Pública a Federação Umbandista do Estado do Paraná, fundada em 25 de maio de 1968, com sede e foro no município de Curitiba, Estado do Paraná.

A matéria obedece ao disposto na Lei n. 6994, de 10 de janeiro de 1978, que define as normas para a declaração de utilidade pública.

Neste sentido, manifestamos o nosso Parecer Favorável, opinando pela sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 28.04.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
ACYR MEZZADRI - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 166/86, de autoria do Sr. Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de Utilidade Pública a AÇÃO PAROQUIAL BOM SAMARITANO, com sede no município de Curiúva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 75/86, de 04.08.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 166/86

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, declara de Utilidade Pública a Ação Social Paroquial Bom Samaritano, com sede e foro no município de Curiúva, Estado do Paraná.

A supra citada entidade, atende plenamente ao disposto na Lei n. 6994, de 10 de janeiro de 1978, que define as normas para a declaração de utilidade pública.

Por tal fato, nosso Parecer é Favorável, nos permitindo ainda opinar favoravelmente pela aprovação da referida matéria.

Sala das Comissões, em 28.04.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
BASÍLIO ZANUSSO - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 192/86, de autoria do Sr. Deputado TADEU FRANÇA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE ESPANHOL DO ESTADO DO PARANÁ, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 87/86, de 25.08.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 192/86

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Tadeu França, objetiva o presente plano de lei, declarar de Utilidade Pública a Associação dos Professores de Espanhol do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Diante do exposto, nosso Parecer é FAVORÁVEL, pela sua APROVAÇÃO. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 28.04.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
DAVID CHERIEGATE - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 213/86, de autoria do Sr. Deputado SÉRGIO SPADA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DO CLUBE DE MÃES - SAGRADA FAMÍLIA, com sede e foro no Município de Corbélia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 100/86, de 17.09.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 213/86

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Sérgio Spada, declara de Utilidade Pública a Associação do Clube de Mães - Sagrada Família, com sede e foro no Distrito de Anahy, Município de Corbélia, Estado do Paraná.

A supra citada entidade, atende plenamente ao disposto na Lei n. 6994, de 10 de janeiro de 1978, que define as normas para a declaração de utilidade pública.

Por tal fato, nosso Parecer é Favorável, nos permitindo ainda opinar favoravelmente pela aprovação da referida matéria.

ria.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 28.04.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
ACYR MEZZADRI - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 11/87, de autoria do Sr. Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a COLÔNIA DE PESCADORES Z - 7 DE GUARATUBA, com sede na cidade de Guaratuba e foro judiciário na Comarca de São José dos Pinhais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 12/87, de 11.03.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 11/87

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, visa declarar de Utilidade Pública a Colônia de Pescadores Z - 7 de Guaratuba, com sede na cidade de Guaratuba e foro judiciário na Comarca de São José dos Pinhais.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Diante do exposto, nosso Parecer é FAVORÁVEL, pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 28.04.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
VALDERI MENDES VILELA - Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria de Estado do Interior, solicitando a instalação de rede de água para o Distrito de Guaí, no Município de Ibaiti. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando votos de congratulações aos Coronéis Wantuil Borges e José Bonifácio Marcondes Baptista, pelas suas nomeações, respectivamente, para os cargos de Comandante Geral e Chefe do Estado Maior da Polícia Militar do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, viabilizando a instalação de um posto de saúde no Jardim Apolo, do Município de São José dos Pinhais. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do

expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, ao Senhor Coordenador Regional da CIBRAZEM e ao Delegado Regional da Companhia de Financiamento da Produção S/A (CFP) convidando-os para debater, nesta Casa, o gravíssimo problema da armazenagem de grãos, no Paraná. Em discussão. Em votação.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Senhor Presidente, acho que é importante que os Senhores Deputados tomem conhecimento da sugestão que fazemos à Mesa, no sentido de convidar o Superintendente da CIBRAZEM do Paraná, ao Delegado da Companhia de Financiamento da Produção e ao Secretário de Estado da Agricultura do Paraná, para debaterem na Assembléia Legislativa o problema gravíssimo de armazenagem neste Estado.

As informações que temos são de que se não começar urgentemente a retirada da produção adquirida pela CFP, em poder dos armazéns das cooperativas do Estado, a próxima safra das culturas de inverno estará comprometida por falta de armazenagem. É preciso analisar, também, a política de construção de novos armazéns da CIBRAZEM aqui no Estado do Paraná, tendo em vista que há uma divergência muito séria entre a CIBRAZEM e a Secretaria de Estado da Agricultura do Paraná.

É muito importante este assunto para a economia do Estado, e devemos convidá-los para vir debater conosco as alternativas e propostas de cada setor.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Gostaria de comunicar ao Senhor Deputado Paulino José Delazeri que esta interferência já foi feita pelo Governador Álvaro Dias e o Secretário de Estado da Agricultura, Doutor Osmar Fernandes Dias. E acho que o ilustre Deputado poderia ir até a Secretaria de Estado da Agricultura e lá colher todos os subsídios com relação ao armazenamento no Paraná, uma vez que já foi determinada pela CIBRAZEM, a construção destes armazéns, devido a interferência do nosso Governador Álvaro Dias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) Em votação. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Senhor Genuir Geraldo Passo, Superintendente do Banco do Brasil, no Paraná, pelo atendimento dispensado aos agricultores, com relação às dívidas resultantes de financiamentos agrícolas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Interior, encarecendo a conclusão dos trabalhos de captação e distribuição de água potável no Distrito de Flor do Oeste, Município de Goioerê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Interior, encarecendo a conclusão dos trabalhos de instalação de água tratada no Distrito de Bandeirantes, Município de Goioerê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Interior, encarecendo a instalação de água tratada, no Distrito de Jaracatiá, no Município de Goioerê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Indústria e do Comércio, encarecendo apoio à Cooperativa de Eletrificação Rural do Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro da Saúde, Ministro da Agricultura, Ministro da Indústria e Comércio, Secretário da Saúde e Secretário da Agricultura, encarecendo uma política de alimentação e nutricional mais equilibrada e saudável à população do nosso Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro do Exército, parabenizando-o pelo seu pronunciamento durante as comemorações alusivas ao Dia Nacional da Cavalaria no Município de Tramandaí, no Estado do Rio Grande do Sul. **Em discussão.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Para

discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretários do Planejamento e Finanças, encarecendo a prorrogação dos benefícios de créditos aos produtores de maçã, como apoio à Associação dos Fruticultores do nosso Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Juiz Augusto Massareto, da 1ª Vara Civil, do Município de Londrina por ter concedido liminar pela sustação de possível protesto e ajuizamento de execução de débitos pelos bancos contra um microempresário daquele Município. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Associação dos Pequenos e Médios Empresários do Paraná, pela iniciativa em defesa das microempresas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, com apoio dos Senhores Deputados Paulo Furiatti, Antônio Annibelli e outros, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidentes do Senado e da Câmara, encarecendo medidas no sentido de proibir a liberação de verbas públicas para execução de quaisquer obras não previstas em plano Nacional de Viação aprovado pelo Congresso Nacional. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, na qualidade de Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, com apoio dos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti, Sabino Campos e demais, constante do expediente, solicitando moção de apoio ao "Comitê de Solidariedade ao Pastor Fuchs", na forma do documento extraído de duas reuniões da Comissão de Direitos Humanos. **Em discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Paraná está na iminência de, mais uma vez, ter o único preso político do País!

Já tivemos uma situação semelhante com o jornalista Juvêncio Mazarollo, e agora, parece que vai se colocar nas mãos do Governador Álvaro Dias as chaves da cadeia

para o pastor Werner Fuchs.

Quero chamar a atenção dos Senhores Parlamentares para uma situação bastante delicada, que ainda acontece, neste País, a punição a um crime, que, esperamos nós, os Constituintes, retirem da Carta atual e que não venha a aparecer na nova Carta Magna da Nação, a condenação, o crime de calúnia e difamação.

Digo, publicamente e nunca neguei que já respondi a nove processos, estou respondendo atualmente a dois, em grau de recurso, por calúnia e difamação.

Quer dizer, parece-me que, neste País, não se permite mais a liberdade de expressão, País este, onde, lamentavelmente, bandidos da mais alta periculosidade, criminosos, tiram as vidas de famílias, e às vezes não são condenados e nem sequer levados às barras da Justiça, no entanto, pelo fato de um homem, que tem marcado toda a sua carreira, sua vida em defesa dos injustiçados, dos pequenos lavradores, agricultores, e dos sem-terra, vai no próximo dia 26 as barras do Tribunal de Justiça Militar. Nesse sentido a Comissão de Direitos Humanos, da qual sou vice-Presidente, reuniu-se anteontem, no Plenarinho, ouviu diversas entidades, várias lideranças e vários comitês de apoio e solidariedade ao pastor Werner Fuchs. Assim a Comissão de Direitos Humanos, atendendo ao apelo destas lideranças, faz chegar até a Mesa, uma Moção de Apoio ao "Comitê de Solidariedade ao Pastor Werner Fuchs".

A Comissão de Direitos Humanos, pelo seu Presidente, pelos seus demais componentes, REQUER Moção de Apoio ao Comitê de solidariedade ao Pastor Werner Fuchs na forma de documento extraído de duas reuniões desta mesma comissão, em anexo. REQUER, ainda, neste documento da Comissão, seja dado ciência aos Senhores Deputados Constituintes, às Assembléias Legislativas do País aos Ministros Militares, e ao Senhor Presidente da República.

Queremos, portanto que a Comissão de Direitos Humanos, e que os demais Parlamentares coloquem as suas assinaturas, porque da mesma maneira que hoje vai sentar no banco de réus o pastor Werner Fuchs, amanhã poderemos estar sentados também, pois inflamados por um discurso em praça pública, em palanque, ou até mesmo nesta Casa, corremos o mesmo risco.

Por isso encareço aos Senhores Deputados da Comissão de Direitos Humanos - Irondy Pugliesi, Luiz Carlos Alborghetti, Nereu Carlos Massignan, Paulino José Delazeri, Werner Wanderer, e os suplentes Haroldo Rodrigues Ferreira, José Afonso Júnior, José Rogério Carvalho, Raul Lopes, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto e Rafael Greca, para que assinem este documento. Porque já está inclusive marcado, para o próximo dia 21, às 17:30 horas, uma au-

diência com Sua Excelência o Senhor Governador Álvaro Dias, que receberá as lideranças e também uma cópia deste documento na tentativa de sensibilizar a opinião pública, a imprensa e para que tome conhecimento da real situação em que se vive neste País, onde se fala muito em liberdade de imprensa, em liberdade de expressão e no entanto vemos um homem batalhador que em meio a um protesto, talvez até tenha se excedido nas palavras, mas às vezes uma calúnia, uma difamação, ela não é tão pesada como é pesado um crime de morte, um crime de sangue, em que tantas e tantas pessoas perdem a vida diariamente neste País.

Ainda ontem, o Senhor Deputado Pedro Tonelli, nesta tribuna, fazia menção a um número extraordinário de lavradores que foram assassinados nestes últimos anos. Então é preciso que todos nós, Parlamentares, neste momento, demos também demonstração de sensibilidade porque repito, como hoje é o pastor Werner Fuchs, amanhã poderá ser um de nós.

E estou em grau de recurso em dois processos tramitando aqui no Tribunal de Justiça, pelo mesmo problema, por difamação e calúnia.

E me parece que não cabe mais neste País este tipo de processo.

O Sr. Pedro Tonelli - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Eu agradeço esse aparte e gostaria de elogiar, mais uma vez, a iniciativa dessa Comissão de Direitos Humanos nesta Casa, que com muito brilhantismo está preocupada com os verdadeiros, reais direitos humanos, daqueles que precisam que os seus direitos sejam respeitados. Porque, infelizmente temos cidadãos de primeira classe na nossa sociedade, são a minoria cujos direitos são respeitados em demasia. E os direitos da maioria estão sendo desrespeitados.

E nessa nossa luta pela conquista do regime democrático, precisamos exatamente desse espírito, de fazer com que a maioria tenha voz e vez, e seja respeitada.

E isso a Comissão de Direitos Humanos através desse Ato, está demonstrando com brilhantismo.

Gostaria de elogiar a sua convocação de todas as forças democráticas que estão representadas nesta Casa no envolvimento e na defesa de um grande companheiro de luta do dia a dia.

E gostaria também de lamentar e deixar dito de público que mais este fato está comprovando, e colocando em evidência as contradições que vivemos nesta sociedade. Aqueles que vivem levando a breca essa Nação não estão sendo insultados, não estão sendo enquadrados, nem perseguidos, não

estão sendo processados e não serão condenados. E aqueles que lutam por igualdade, por justiça e pelos direitos das pessoas, estão sujeitos a ser enquadrados, processados e incriminados.

Isso é lamentável que esteja acontecendo e continue acontecendo em tempos novos.

Muito obrigado nobre colega, muito obrigado demais ouvintes.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado Senhor Deputado Pedro Tonelli.

Tenho a certeza que a Bancada da Situação, majoritária nesta Casa, vai reconhecer a importância da aprovação deste documento já que parece-me, os Direitos Humanos foram também uma das bandeiras levantadas pelo PMDB, em palanque.

Por isso tenho a certeza da aprovação desta moção de apoio. E na sequência, aprovada a mesma, passaremos aos Senhores Parlamentares para que coloquem também as suas assinaturas de apoio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Em votação o requerimento. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Geral do DER, por intermédio da Secretaria de Estado dos Transportes, encarecendo o fornecimento do Organograma do DER, do Paraná e nome dos ocupantes de todos os Cargos de Chefia do mesmo. Em discussão. Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Só quero que seja registrado nos Anais, mais uma vez, as reais intenções da maioria, nesta Casa. Fiz o requerimento pedindo informações, com base em denúncias, de que ex-Prefeitos estão sendo "fantasmas" dentro do DER no Paraná.

Estão recebendo em cargos de chefia sem exercer nenhuma função pública.

Quero comprovar se isso é verdade ou não. Fiz um pedido de informações ao DER e ele foi negado. Então esse ato nos leva a crer que a maioria destes Parlamentares devem estar acobertando "fantasmas" dentro do DER. Vamos investigar por outras fontes e vamos provar aqui nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Em nome da Liderança do PMDB, não admito a insinuação do Senhor Deputado Pedro Tonelli de que outros Parlamentares estejam cobrindo "fantasmas". E seria importante que o Deputado costumeiro, useiro e vezeiro de requerimentos para dar publicidade apenas a atos, conhecesse os caminhos le-

gais. O nobre Deputado pode, pura e simplesmente, ir ao DER pedir a relação que o DER, estará pronto para a fornecer.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado das Finanças, encarecendo o seu comparecimento a esta Casa, para prestar informações quanto as irregularidades que vem ocorrendo no BANESTADO. Rejeitado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. ANTÔNIO BELINATI (Pela Ordem) - Requerimento chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - <sup>o</sup>A Mesa defere e solicita ao Senhor 1. Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. ANTÔNIO BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, retiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Rejeitado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - E o resultado da votação, Senhor Presidente. Mantenho a verificação.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Então Vossa Excelência mantém a verificação?

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem)

Gostaria de levar ao conhecimento desta Casa que em toda galeria do segundo andar onde funciona o meu gabinete não existe som, e não tenho condições de ouvir a sua chamada e muito menos a campanha desta Casa. Porque, como sou um Deputado que tenho que atender o povo que está lá aglomerado, então tenho que estar lá e aqui.

Então quando o Senhor toca a campanha ouço, mas faz três dias que estou pedindo para arrumar e não arrumaram.

Muito obrigado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, a 2.ª Secretaria informa que tomará as devidas providências ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Em votação o requerimento.

Esta Presidência consulta o Senhor Deputado Pedro Tonelli como vota?

O SR. PEDRO TONELLI - Voto a favor do requerimento do Deputado Algaci Túlio.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - peço que Vossa Excelência quando estiver em votação, mantenha-se de Frente para a Presidência. Vamos constar seu voto favorável. Cinco Senhores Deputados votam favorável. Os Deputados que rejeitam queiram levantar-se. Vinte e quatro Senhores Deputados rejeitam. Está Rejeitado o Requerimento.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria de Estado do Interior, viabilizando a instalação de rede de água para o Distrito de Guaí, Município de Ibaiti. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex à Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas da Assembléia Nacional Constituinte, aplaudindo e apoiando a iniciativa de incluir como contribuintes do imposto de renda os deputados, militares e juizes. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Esta Presidência antes de encerrar a Sessão registra com satisfação a presença do Prefeito de Mandaguá Senhor Antônio Sais, e dos Vereadores Geraldo Martelose e Manoel Karasato.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 122 e 205/86.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 41, 60, 96, 110, 130, 166, 192 e 213/86 e 11/87.

Levanta-se a sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA  
ATA DA 09ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 1987.  
QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Lindolfo Júnior.

Às onze horas e trinta minutos é, registrada a presença dos seguintes Senhores

Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirce Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Homero Oguido (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

#### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Não havendo expediente a ser lido,

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n. 41/87, VETO aposto ao Projeto de Lei n. 293/86, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 162/86), que autoriza o Poder Executivo contrair empréstimo ou financiamento interno ou externo, em moeda nacional ou estrangeira, até o equivalente em moeda nacional a US\$ 82.000.000,00 (oitenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte) com vista ao saneamento



Financeiro da Empresa Cidade Industrial de Curitiba - CIC/SA.

## Ofícios

Ofício n. DTL/28/87

Curitiba, 31 de março de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do ofício n. 06/87, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da competência que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do § 1.º, do art. 28, da Constituição Estadual, vetei o projeto de lei n. 293/86, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre autorização ao Poder Executivo no sentido de contrair empréstimos ou obter financiamentos externos ou internos em moeda nacional ou estrangeira, até o equivalente, em moeda nacional, a oitenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte, para fazer face ao saneamento financeiro da Cidade Industrial de Curitiba - CIC.

A proposição que ora é vetada foi elaborada no crepúsculo de uma Administração, portanto, às vésperas de se iniciar um novo período de Governo que se apresenta com novas propostas políticas de trabalho, exigidas, aliás, pelo momento político e econômico porque passa o Estado do Paraná e de resto o País. Igualmente, essa Augusta Casa praticamente encerrava a legislatura passada, em período, inclusive, de convocação extraordinária, destarte, ausente dos estudos aprofundados e suficientes que pudessem refletir, com segurança, a viabilidade de tão delicada medida.

A época, a situação econômico-financeira mostrava-se preocupante. Hoje, o quadro é ainda mais grave, sendo do conhecimento público as dificuldades ao nível orçamentário, as quais têm-se constituído na principal preocupação do novo Governo que tem enviado esforços com o escopo de conter rigorosamente os gastos, bem como otimizar a aplicação dos recursos públicos. Assim, a autorização para que o Estado do Paraná venha a assumir como seus, compromissos financeiros da Cidade Industrial, está a merecer um exame mais profundo e acurado, exigindo uma reflexão política e moral sobre tais encargos, mormente quando os graves problemas sociais se avolumam e se apresentam como prioritários, aguardando da classe política, como um todo, as decisões maiores que visam a mitigá-los.

Descaberia, portanto, ao Governador, logo no início de seu período governamental, a pretensão de uma tomada segura de

posição sobre matéria de tal vulto, com reflexos evidentes na vida estadual, no exíguo prazo estabelecido pela Constituição, para a decisão de sua aprovação ou desaprovação.

A proposta, se sancionada, autorizaria o Estado a contrair empréstimo ou obter financiamentos, para fazer face ao saneamento financeiro da empresa CIC - Cidade Industrial de Curitiba S/A, tão somente, quando sabemos que diversos municípios contraíram igualmente empréstimos externos e internos e às duras penas têm buscado solucionar seus problemas financeiros, sem simplesmente pretender transferir para o Estado os compromissos que tais municípios de modo próprio assumiram. O atendimento a um único município representaria, nestas condições, quebra intolerável do princípio de isonomia que deve sempre prevalecer nas grandes decisões políticas dos administradores públicos.

As dificuldades econômicas e financeiras que atingem não só os Municípios, mas igualmente os Estados da Federação, estão diretamente relacionados com as questões de arrecadação de recursos que vêm gerando a expectativa de uma solução global pela revisão do sistema tributário nacional, da qual se espera melhor redistribuição de competências e da própria receita tributária. Enquanto não ocorrer tal reforma, seria temerário aos Estados que também enfrentam problemas de idêntica natureza, dar atendimento a compromissos e principalmente, de forma isolada, comprometendo talvez até mesmo soluções de questões consideradas prioritárias no seu âmbito de atuação, quando o quadro institucional afeta a todos, levando, como já assinalado, a consequências ainda maiores na indispensabilidade de atender, em primeiro plano e com atenção primordialmente dirigida, o que é de sua alçada.

A simples sanção de Lei, sem o levantamento das questões acima suscitadas, implicaria, certamente, um comprometimento com a contratação dos empréstimos que resultaram na dívida, com as circunstâncias que o cercaram, com os equívocos e descertos porventura cometidos na sua negociação, comprometimento, de resto, inaceitável, uma vez que ausente o Estado do processo político que envolveu a decisão da contratação, hoje dívida da Cidade Industrial de Curitiba S/A.

Enquanto mantido o atual quadro em que se desenvolvem os fatos econômico-financeiros e atendidas as prioridades do governo estadual voltadas ao bem-estar de sua população e melhoria de sua qualidade de vida, no sentido do imprescindível e inadiável resgate da dívida social, não se furtará o atual governo de fazer estudos mais detidos visando fórmulas adequadas ao

atendimento das municipalidades, apoiando-as para a solução de suas dificuldades, inclusive no que tange à rolagem das dívidas por elas assumidas.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo restituiu a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(aa) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

Em discussão. Em votação.

O Sr. Algaci Túlio - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Para discutir, concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio; Vossa Excelência tem sessenta minutos para falar.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente:

Discute-se hoje o veto ao Projeto de lei aprovado por esta Casa, que autorizou o Poder Executivo a contrair empréstimo ou financiamento externo e interno, em moeda nacional, de oitenta e dois milhões de dólares, com vistas ao saneamento financeiro da Empresa Cidade Industrial de Curitiba S/A, a CIC S/A.

A Mensagem Governamental que encaminhou o Projeto justificou o envio do mesmo a esta Casa, afirmando, aliás, a Mensagem partiu do ex-governador João Elísio Ferraz de Campos.

Mas, eu dizia que a Mensagem encaminhada a esta Casa justificou o Projeto, afirmando que a Cidade Industrial de Curitiba, foi implantada através de um convênio firmado entre o Município de Curitiba, e o Estado do Paraná, visando iniciar um processo orientado para a industrialização do Estado.

Desde a sua implantação, o Município tem encontrado dificuldades na obtenção de recursos próprios, necessários à consecução desses objetivos, tendo necessidade de recorrer constantemente a financiamentos, para que pudesse adquirir as áreas e executar as obras de infra-estruturas necessárias ao projeto, operações estas realizadas através dos bancos estaduais.

O ônus da implantação da CIC, se tornou insustentável para o Município de Curitiba e a parcela de retorno através do ICM, é insuficiente para que o Município possa responder pelos compromissos assumidos pela implantação deste projeto. O Governador Álvaro Dias vetou esse projeto no seu todo, por julgá-lo contrário aos interesses públicos e entre outras coisas, afirma Sua Excelência o Governador, que a proposta se sancionada, autorizaria o Es-

tado a contrair empréstimo, obter financiamentos para fazer face ao saneamento financeiro da empresa CIC- Cidade Industrial de Curitiba, quando sabemos que diversos municípios contraíram igualmente empréstimos, internos e externos, e às duras penas tem buscado solucionar seus problemas financeiros, sem simplesmente pretender transferir para o Estado compromissos que tais Municípios de modo próprio assumiram.

O atendimento a um único Município representaria nestas condições quebra intolerável do princípio de isonomia que deve sempre prevalecer nas grandes decisões políticas dos administradores públicos, uma vez que se ausente o Estado do processo político que envolveu a decisão da contratação, assim hoje, quanto à dívida da Cidade Industrial de Curitiba, entende Sua Excelência o Governador, que não cabe a ele assumir este ônus.

Ou o Governador Álvaro Dias, quero aqui chamar a atenção dos Senhores Parlamentares, não tem conhecimento real da situação e dos motivos que levaram o Estado a tentar assumir a CIC, ou entendo que talvez até não tenha interesse político neste caso, ou, uma terceira hipótese, tenha sofrido, Sua Excelência, Governador do Estado, uma pressão muito grande de Prefeitos de outras Cidades e até mesmo dos Senhores Parlamentares, porque Sua Excelência, sabe muito bem que a situação da CIC é totalmente diversa do que ocorre em outros Municípios endividados. Isto já deixamos claro aqui, quando da primeira discussão com relação a este empréstimo, pois levantamos aqui, detalhadamente, que o problema da CIC é totalmente diferente dos problemas dos outros municípios.

A CIC está endividada, está em situação lastimável economicamente, por quê? Porque simplesmente o Estado não cumpriu a sua parte no contrato efetuado entre o Estado do Paraná e a CIC, com a interveniência do município de Curitiba.

Vejam aqui, se o Estado é ou não é o único responsável pela dívida da CIC, pois existe um contrato firmado, passado em cartório, com assinaturas de testemunhas e firmas reconhecidas. Convênio que entre si celebram de um lado o Estado do Paraná, representado pelo Excelentíssimo Senhor Governador Ney Braga e de outro a Cidade Industrial de Curitiba- CIC S.A., representada pelos seus Diretores com a interveniência do Município de Curitiba, representada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Jayme Lerner. (Lê):

"CONSIDERANDO:

a) As "Diretrizes Globais" definidas

pelo Governo do Estado do Paraná que conferem prioridade ao aumento da renda pessoal mediante estímulos à geração de novos empregos, com o aperfeiçoamento dos mecanismos de atração de novos investidores, segundo os quais "serão incentivadas as indústrias que utilizam intensivamente a mão-de-obra, bem como aquelas de avançada tecnologia, geradores de alto valor agregado e de empregos de melhor remuneração, que apresentem maior possibilidade de integração e amplo efeito multiplicador";

b) constitui meta do Governo do Estado, a consolidação do parque fabril paranaense, a fim de que os núcleos industriais, se localizem em todo o Estado, neutralizando a tendência à excessiva concentração de unidades industriais, de renda e de população em relação a outras unidades da Federação.

c) A materialização dessas diretrizes impõe uma atuação a nível estadual, através de uma política de industrialização que estabeleça critérios objetivos visando à co-participação do Governo do Estado na implantação de pólos industriais nas principais cidades do Estado.

d) Para tanto, é fundamental que nos pólos industriais já em processo de consolidação, o Estado do Paraná venha a participar financeiramente dos investimentos realizados, cujo valor seria determinado tomando-se como parâmetro, o ICM gerado pelas empresas instaladas em cada pólo industrial;

e) Essa participação do Estado do Paraná na viabilização de distritos industriais deverá encontrar a nível municipal uma contrapartida visando assegurar a participação das indústrias do Estado no mercado comprador decorrente do desenvolvimento do distrito.

Para tanto só serão incentivados projetos industriais que se proponham a adquirir em empresas agrícolas ou industriais do Estado um mínimo de 20% do valor global de suas compras.

Em casos especiais, com aquiescência explícita da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio será concedido um prazo para atendimento desta exigência, que não poderá exceder dois anos após o início das operações.

Firmam o presente Convênio conforme as Cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O Estado do Paraná, participará do Programa de Industrialização do Município de Curitiba, desenvolvido pela CIC- Cidade Industrial de Curitiba S.A.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - FORMA DE PARTICIPAÇÃO

A participação do Estado do Paraná, far-se-á mediante dotação à CIC S.A., com a finalidade específica para utilização em amortizações de empréstimos e financiamentos, pagamentos de desapropriações de áreas e realização e manutenção de obras de infra-estrutura viária na Cidade Industrial de Curitiba.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - RECURSOS

O montante anual dos recursos a serem alocados à CIC S.A., a partir do exercício de 1983, será de até 30% (trinta por cento) do valor da arrecadação do ICM gerado no exercício imediatamente anterior, pelas empresas instaladas na Cidade Industrial de Curitiba.

Parágrafo Primeiro - A liberação dos recursos far-se-á em parcelas mensais, iguais e consecutivas, destinadas à cobertura dos dispêndios efetuados ou a realizar.

Parágrafo Segundo - A despesa resultante da participação do Estado do Paraná, mencionada nesta Cláusula, correrá à conta da Rubrica 4.1.3.0 - Investimentos em Regime de Programação Especial, do Orçamento da Administração Geral do Estado.

#### CLÁUSULA QUARTA - RELATÓRIO E PRESTAÇÃO E CONTAS

O Município de Curitiba, através da CIC S.A., encaminhará relatórios mensais à Secretaria de Estado das Finanças do Paraná, contendo prestação de contas das aplicações efetuadas devidamente comprovadas.

#### CLÁUSULA QUINTA - PRAZO

O presente Convênio vigorará pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser renovado de comum acordo entre as partes.

#### CLÁUSULA SEXTA - FORO

As partes elegem o foro da Cidade de Curitiba, para dirimir as dúvidas que porventura decorrerem deste Convênio.

E, assim, para que produza os seus imediatos e legais efeitos, as partes assinam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Curitiba, 13 de maio de 1982.

(aa) NEY BRAGA

Governador do Paraná

LUIZ GROFF

Diretor Presidente da CIC

OSCAR DE PAULA SOARES

Diretor Financeiro

JAIME LERNER

Prefeito de Curitiba

Interveniente

Vejam bem, Senhores Deputados, aí está a situação da CIC. O Convênio assinado diz bem, diz tudo acerca da diferenciação deste problema de Curitiba com as demais cidades do nosso Estado. Não há como confundir um caso com outro e também não há como concordar com o veto fundamentado na falta de interesse público. O interesse público é evidente porque a CIC é responsável por cerca de 70% da arrecadação do ICM do Município de Curitiba, dos quais pelo menos 30% deveriam retornar ao município. Mas isto, lamentavelmente, não acontece. O resultado está aí, a dívida da CIC é comprometimento do Município, e a nossa posição, Senhores Deputados, é coerente. Votamos favoravelmente à aprovação do Projeto nesta Casa, e hoje, nos colocamos contra à aprovação deste veto. A derrubada deste veto seria a reparação da dívida que tem o Estado do Paraná - não importa se na época quem assinou esse contrato foi o ex-Governador Ney Braga - não é o caso minha gente, porque o Estado ganhou com a implantação da Cidade Industrial, deixei bem claro isto aqui na exposição que fiz na primeira discussão. O Estado do Paraná enriqueceu-se com a CIC; os municípios deste Estado também se desafogaram um pouco, porque houve o êxodo rural e Curitiba, com a Cidade Industrial, abrigou esta gente aqui.

Portanto, não pode Sua Excelência o Governador dizer que não há interesse público na aprovação desta Mensagem. A derrubada deste veto seria a separação da dívida que tem o Estado do Paraná com o município de Curitiba.

Sabemos que esta nossa pretensão é muito arrojada e praticamente impossível, porque até mesmo nem quórum para a derrubada do veto temos hoje nesta Casa. Lamento profundamente. Mas, de qualquer maneira fica registrado nesta tribuna e nos Anais desta Casa, que este Deputado eleito com 95% de seus votos aqui na Capital do Estado, tinha por obrigação de subir nesta tribuna e defender a derrubada deste veto, não apenas pelo fato de ter sido eleito aqui, porque se amanhã tiver conhecimento de que na cidade de Ponta Grossa, do nosso amigo Deputado Djalma de Almeida César também há o mesmo problema, em que o Estado seja o responsável pela situação precária do Município, a coerência deste Deputado fa-lo-á votar também favorável.

O Sr. Antônio Belinati- Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Parabenizo Vossa Excelência pela manifestação contra o veto do Senhor Governador a esse Projeto, enviado para esta Casa de Leis pelo ex-Governador João Elísio. E lembro, Deputado Algaci Túlio, que por ocasião da tramitação dessa matéria, de

certa forma até polêmica, o Prefeito Roberto Requião acompanhado de vários assessores e de vereadores, esteve aqui no Plenário, cabalando votos de Deputados, ponderando da conveniência da aprovação do Projeto do Governador, para que o Estado encampasse a dívida da CIC.

Surpreendentemente, ao colocar o veto no Projeto, o Prefeito Roberto Requião esteve em Palácio com o Governador Álvaro Dias, esteve almoçando com o mesmo e saiu de lá conformado com o veto. Não sei se houve a promessa do Governador de alguma contrapartida, de alguma verba a fundo perdido para a Prefeitura, para não despertar ciúme em outras que também estão endividadas. Mas, de qualquer forma, lamento que hoje o prefeito Roberto Requião esteja na Cidade Maravilhosa do Rio de Janeiro, quando entendo que a matéria mais importante para a sua administração, e dos futuros Prefeitos de Curitiba, é exatamente este veto que vamos votar aqui.

O meu apelo a Vossa Excelência que está, inclusive, ocupando a tribuna parecendo mais praticamente o Prefeito de Curitiba, do que propriamente o ocupante do cargo que está no Rio de Janeiro.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Antônio Belinati, Vossa Excelência sabe que por ocasião da 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> Discussão nesta Casa, nós da Oposição, até reclamávamos aqui porque não tínhamos tido a oportunidade de sentar também à mesma mesa com o Prefeito, o Vice-Prefeito, os Diretores da Prefeitura que aqui vieram passar as informações aos Parlamentares do PMDB, convencendo-os para que votassem favoravelmente a esta Mensagem.

E o interessante é que até hoje não sabemos o que tem de verdade por trás disto. Qual é o interesse que existe por trás deste assunto? Se na discussão para aprovação deste empréstimo, da transferência desta dívida para o Governo do Estado, a Prefeitura se fez presente nesta Casa em reunião com a Bancada do PMDB, porque não veio esclarecer o assunto às Bancadas de Oposição, que também iriam votar, como votamos favoravelmente a esta Mensagem?

Hoje, este mesmo Prefeito que diz abertamente à imprensa que a Prefeitura está endividada, que não pode pagar aumento aos professores, que ficaram trinta e nove dias paralisados, que tem que aumentar a passagem do transporte coletivo, que antes era o crítico dos empresários quando estes aumentavam a passagem...

Hoje, é ele quem decreta o aumento, sem consultar a população, o Conselho que ele mesmo criou, e sem consultar os Vereadores da nossa Câmara Municipal. Este mesmo Prefeito que se mostra ausente neste momento, quando esta Casa precisava derru-

bar este veto, porque aqui está o contrato cuja existência, tenho certeza, muitos dos Senhores Deputados ignoravam, obrigando o Estado a pagar esta dívida. O contrato pode inclusive ir para as vias judiciais. Não sou advogado, mas entendo até que o município, ou qualquer pessoa do povo, pode ir às vias da Justiça exigir o cumprimento deste contrato.

Lamento, estranho, com toda a sinceridade, que não haja nenhum trabalho de Sua Excelência o Prefeito nesta hora importante. Imaginem os Senhores que esta dívida da CIC, com que a Prefeitura está arcando, em passando para o Estado, certamente Sua Excelência o Prefeito, teria condições de fazer movimentar sua fábrica de manilhas. Ele diz na televisão que esta fábrica faz quatro mil tubos diários, porém, nenhuma empresa de grande porte faz isto; e a televisão, divulga a propaganda e o povo é obrigado a engolir.

Quem sabe, não tendo que pagar esta dívida, o Município poderia até fazer dois, três, quatro ou cinco novas fábricas de manilhas e poderíamos colocar esta cidade sem problemas com valetas, melhorando inclusive, o estado de saúde desta população.

Teria condições Sua Excelência, o Prefeito, de realmente, comprar os ônibus que precisa para sua empresa de transporte coletivo. Teria a oportunidade de pagar, de reparar um erro que comete aos senhores e senhoras professores da rede municipal de ensino.

Neste sentido, estavam há pouco aqui, três professoras queixando-se e lamentando, passando dificuldades, porque, quando do acerto em assembléia na semana passada, para que os professores retornassem às aulas, condicionado estava que Sua Excelência o Prefeito liberaria o pagamento do mês de abril que ele segurou, e também o vale-alimentação dos professores.

E, pasmem os senhores, este prefeito não cumpriu nem uma nem outra condição. Os professores regressaram à sala de aula, em estado de greve, sem receberem os salários que estão retidos e que, segundo denúncias, Sua Excelência o Prefeito estaria usando, aplicando o dinheiro que é o salário do servidor municipal.

Sua Excelência não veio fazer nenhum trabalho, e o Sr. vice-Prefeito, que na verdade oficialmente não existe, porque não há o cargo de vice-Prefeito, mas se autoriza a se chamar vice-Prefeito, que aqui esteve conversando com a Bancada do PMDB, não veio hoje aqui também.

Ninguém veio, o Prefeito está no Rio de Janeiro, parece que 82 milhões de dóla-

res é bagatela para uma Prefeitura que agora é quem gerencia o transporte coletivo nesta cidade e é quem decreta o aumento das passagens!

É nesse sentido, Srs. Deputados, que quero colocar a minha posição, estranhando realmente, esta posição da Prefeitura.

Disse bem o nobre Deputado Antônio Belinati: "Deve existir alguma coisa por trás", ou como diz, constantemente, o Sr. Prefeito: "há algum trambique por trás disso aí". Há algo que, oficialmente, não pode aparecer para não criar problemas com as outras prefeituras ou até mesmo com Deputados, com seus mandos políticos. Deve existir alguma coisa estranha nisso aí! Não sei o que é que existe, mas era bom que Sua Excelência o Prefeito, que fala em política, em Prefeitura, em atitudes transparentes, viesse agora, aqui nesta Casa, para dizer por que é que não fez um trabalho junto aos Parlamentares do seu Partido.

E vejam, até é estranho, pois para mim seria cômodo ficar aqui torcendo para que não se aprovasse realmente esta mensagem e não fosse derrubado o veto, porque, como político de Oposição, se eu fosse um irresponsável, não tivesse coerência, eu diria "que se dane a cidade de Curitiba, a cidade que se dane, vá se arreentar, não tem dinheiro e nós assumimos a Prefeitura no ano que vem..." Mas não é essa a situação, Srs. Deputados.

Nós, eleitos por esta cidade, Vereadores em 1982, com a maior votação, no ano em que o PMDB deu a virada, eu estava no outro Partido, no PDS, eleito com a maior votação, triplicada esta minha votação nesta campanha, também pela Oposição, com uma enorme dificuldade para enfrentar o "lobby" financeiro que foi esta campanha política e o estelionato do Plano Cruzado também, mesmo assim nos elegemos, com muito sacrifício. E, é por isso que estamos aqui, a defender a derrubada deste veto!

Já falei, impossível, e seria até sonhar demais, porque não vemos condições, porque nem sequer número de Parlamentares temos nesta Casa, neste momento, mas é preciso que a imprensa registre, que o povo que está nesta Casa saiba, que, por incrível que pareça, o PMDB do Prefeito Roberto Requião de Mello e Silva passou-me a rasteira, nesta manhã de quinta-feira!

O SR. PRESIDENTE - (Lindolfo Júnior) Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rafael Greca, para discutir.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não teríamos nós, os Deputados Algacil Túlio, Antônio Belinati, Pedro Tonelli, e os Deputados das Oposições, maiores motivos para virmos aqui defender a alforria do Prefeito de Curitiba, se pensássemos de maneira imediatista.

O fabricante das quatro mil manilhas, por mês, está hoje amarrado exatamente por este veto governamental!

No entanto, impõe-se que falemos ao futuro, peçamos a esta Assembléia para ter a mesma visão ampla que teve, quando aprovou o diploma enviado pelo ex-Governador João Elísio e que, tendo esta visão ampla, derrube este veto.

Imagino, aliás, Sr. Presidente, Srs. Deputados, já que não há quórum para derubar este veto. No entanto, diante desta omissão, que é um dos motivos pelos quais a classe política anda tão desmoralizada, gostaria de fazer a defesa da Cidade Industrial de Curitiba, e portanto, a defesa da derrubada do veto, com as palavras do lúcido Parecer do Deputado Caíto Quintana e com as homenagens ao ilustre Líder da Bancada do PMDB. Parecer este à Mensagem n. 162/86, que no meu entendimento é uma precisa colocação histórica do processo de endividamento que deu origem a esta polêmica toda e do processo de industrialização da nossa Capital.

Diz o Deputado Caíto Quintana. (Lê): "Analisando a Mensagem do Sr. Governador, solicitando autorização para que o Estado venha a contrair empréstimo em moeda nacional ou estrangeira, em até o equivalente a 82 milhões de dólares americanos, com a finalidade de assumir o correspondente a 83% do total da dívida da Cidade Industrial de Curitiba para com os bancos oficiais, permanecendo os 17% restantes sob a responsabilidade do município, temos a considerar:

1.- O Projeto da Cidade Industrial de Curitiba foi materializado pela Lei Municipal n. 4.471, de dezembro de 1972. E, paralelamente, foi formalizado também, em convênio com o Estado, em 19 de janeiro de 1973, firmado pelo então Governador (de saudosa memória) Doutor Pedro Viriato Parigot de Souza, envolvendo a COPEL, a SANEPAR, a TELEPAR (que na época era paranaense e hoje já não é), o BRDE, o BADEP e o conglomerado BANESTADO.

Falo com as palavras do Deputado Caíto Quintana.

"Esse convênio visava dar condições ao Município de Curitiba de atender a necessidade do Estado para a criação de um pólo industrial, destacando-se os seguintes aspectos: a modernização do parque industrial paranaense; a realocação das indústrias com o intuito de eliminar a po-

lução ambiental; a implantação de um parque complementar ao complexo petroquímico com a Refinaria da Petrobrás e a Petrofertil em Araucária.

A implantação de indústrias voltadas ao mercado externo, notadamente aquelas que utilizam de matérias primas oriundas do setor primário da economia paranaense e a geração de novos empregos...

Senhor Deputado Caíto Quintana, tratava-se de 45 mil novos empregos! A maior participação no setor industrial e a geração de ICM, (Imposto de Circulação de Mercadorias) e mais, o maior valor agregado aos produtos paranaenses e o desenvolvimento de pequenas atividades industriais complementares.

Para a implantação desse projeto foram necessários investimentos, principalmente os que dizem respeito à infraestrutura e desapropriação, visando a obtenção de áreas adequadas para a realocação de indústrias e implantação de novos projetos.

Para equacionamento destes dispêndios, a empresa CIC, anteriormente denominada URBS (Companhia de Urbanização de Curitiba), contraiu empréstimos com três instituições financeiras - BADEP, BRDE e BANESTADO, com garantia de terreno já de sua propriedade e o aval do município de Curitiba.

A origem destes recursos, visando o atendimento a compromissos de longo prazo, estava prevista principalmente pela receita oriunda da venda de áreas para o setor produtivo a preços subsidiados criando condições de atração para as indústrias virem ao Estado. Porém, estes recursos não se caracterizaram como suficientes ao longo do tempo (ensina a dura pena do Deputado Caíto Quintana), para atendimento dos compromissos assumidos, tendo havido necessidade posteriormente de formalizar convênio entre o Estado e o Município, visando repasse de parte do ICM gerado e arrecadado na área da Cidade Industrial. A política cambial nacional (diz ainda o lúcido Líder do Partido do Governo nesta Assembléia) foi desfavorável aos compromissos assumidos em moeda estrangeira, caracterizados pela totalidade da dívida à época, tendo em vista as maxidesvalorizações ocorridas. Soma-se, ainda, a recessão ocorrida a partir dos anos de 1978, que redundaram no não aproveitamento da infraestrutura existente, e, ainda mais, influenciando diretamente na redução da geração do ICM. Esse fato, impossibilitou ao Governo Estadual, face aos seus compromissos, à efetiva transferência de recursos previstos no convênio, redundando numa inadimplência constatada, com conseqüente crescimento da dívida contraída, hoje, da ordem de 100 milhões de dólares norte-americanos. Do ponto de vista do Município, a



transferência de ICM, dentro do Fundo de Participação, não foi, em época alguma, suficiente para atender os desembolsos, devido ao fato de que, dos 20% que o Estado aloca ao Fundo, nesse período, o Município de Curitiba percebeu, em média, 3% do total do ICM gerado na Cidade Industrial.

Eis aí, o Deputado Líder do Governo, confessando em duto Parecer, felizmente despidido da linguagem de palanque e todo ele fundamentado na corretíssima análise de um Parlamentar sério, como é o Doutor Caíto Quintana. Eis aí, o Deputado do Governo confessando que o Governo do Estado se fez pela conjuntura e pela ação dos últimos Governadores, gigolôs da Cidade Industrial de Curitiba.

Pois é. Prossegue o Doutor Caíto Quintana...

O Sr. Pedro Tonelli- Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. RAFAEL GRECA - Deputado Pedro Tonelli, terei o maior prazer de, nesses longos sessenta minutos que me são dados, lhe dar o aparte. No entanto, não gostaria de interromper o meu raciocínio ainda. (Continua lendo).

Face aos fatos aqui apresentados, ressalte-se que efetivamente o Estado é o maior beneficiado com a implantação da Cidade Industrial, pois que 80% do ICM total nela gerado, é destinado ao Estado do Paraná. No ano de 1985, até novembro, a parcela foi de 118 milhões de cruzados, e para 1986, no mesmo período, ela representou 451 milhões de cruzados."

Então, é o Deputado Caíto Quintana quem fala com os dados da Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná. (Continua lendo).

"Como aspecto positivo do equacionamento proposto é que o Governo do Estado, ao assumir parte do passivo da CIC, recebe, em contrapartida, a totalidade das áreas disponíveis, ou seja, aproximadamente, 8,5 milhões de metros quadrados, permitindo-se que se ressarça, posteriormente, pelo produto da venda dessas áreas. Outra vantagem que deparamos, é que, através dessa operação, há condições do Estado vir a aportar recursos de suas entidades financeiras, tornando-as em nível de liquidez mais elevado, possibilitando um maior desenvolvimento nas suas atividades de fomento. Também o Estado, ao dispor de áreas próprias, poderá agir mais eficazmente, dentro de sua política de atração de indústrias com repercussões a nível social, de estímulo ao desenvolvimento econômico do nosso Paraná."

Pois bem. O Deputado Caíto Quintana argumentou com tanta propriedade que parece ter feito o discurso por mim redigido

ou redigido pelo ex-Prefeito Jaime Lerner, ou, então, pela Doutora Francisca Maria Rischbieter, ou, ainda, pelo próprio Doutor Karlos Rischbieter, que, quando na Presidência da CODEPAR, que deu origem ao BADEP, iluminou o Governo do Estado, com a visão de que se precisava dar um suporte financeiro para esta CIDADE DE CURITIBA, porque não podia a arrecadação ficar no Engenho de Erva-Mate, da Família Leão, ou na Fábrica de Fósforos, ou nas Pedreiras de meu avô, ou na Fábrica de Balas Zequinha, ou da gengibirra do Hugo Cini, ou de Colchões do Massuchetto, ou das Bolachas Lucinda.

Não podia uma cidade viver só da Fundação Müller, do Café Alvorada ou do Café Marumbi. Eis aí, Curitiba condenada e vetada pelo Governador. Na Assembléia, o Líder do Governo, lucidamente no exercício da sua vocação de Parlamentar honesto, diz que se precisava votar a favor do Projeto do Governador João Elísio Ferraz de Campos. O ex-Governador João Elísio Ferraz de Campos, cidadão benemérito de Curitiba, com uma mensagem mandada a esta Assembléia, deu ao Governo do Estado a possibilidade de deixar o triste papel de gigolô da sua Capital. Eis aí, o ex-Governador João Elísio que é nosso cidadão e nosso vizinho, sendo por mim defendido, na voz e na vez da Oposição. E mais o que é pior, não sei se é melhor, nos julgará a história, eu Deputado Rafael Greca, Líder da Campanha do Coração Curitibano, contra o Prefeito que disse ser a CIC um campo de golpe, o maior de todos os tempos. Eu, defendendo o Prefeito Roberto Requião de Mello e Silva. Todos os Deputados do Governo hoje, estão tentando se purificar no vapor de uma exígua sauna que o Senhor Maurício Fruet inaugurou e usou e que o Senhor Prefeito Roberto Requião usa tentando purificar no vapor de uma sauna de dois por dois metros, a mais grave situação histórica que essa Assembléia já teve que votar, com responsabilidade sobre esta Cidade de Curitiba.

Não aceito provocação, e desvio de raciocínio. Peço Senhor Presidente que me seja assegurada a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Lindolfo Júnior) - A palavra está assegurada a Vossa Excelência, Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Estou hoje em defesa do ex-Governador João Elísio quanto ao teor da sua mensagem, embora entre nós haja uma fronteira muito grande de posição política. Inclusive, quando prenderam a filha do Prefeito Jaime Lerner, na véspera da eleição de 1985, estava em Palácio o Governador João Elísio cercado de muita gente que hoje o trai. E outro dia, encon-



trei-o em mesa vazia de restaurante e disse: a sua ceia tão desprestigiada meses atrás com certeza, teria mais comensais. E ele que é um homem honesto disse: o pior é que você tem razão.

Mas, voltando ao problema de Curitiba, façamos a análise da contradição de Governador para Governador. A Mensagem do nobre Governador Álvaro Dias, que justifica esse veto, merece ser lida.

Dou-lhe o aparte Deputado Pedro Tonelli, na sequência, para que também se faça meu cooperador na exploração destas contradições, as quais, pelo menos falamos à história.

Mas, diz Sua Excelência o Governador, que a proposição que hora é vetada foi elaborada no crepúsculo de uma administração, portanto às vésperas de se iniciar um novo período de Governo que apresenta novas propostas políticas de trabalho. Terá se posto o sol dentro do império do PMDB? Porque houve crepúsculo quando nós imaginávamos que haveria a continuidade do mesmo dia, o dia de João Elísio, de Álvaro Dias, do PMDB como um todo, e no entanto diz o Governador que houve crepúsculo. Terá sido o ocaso do ex-Governador Jaime Cagnet? Nasce um novo sol para ser adorado agora no horizonte do Palácio? Sim, porque o Governador assina e manda dizer à Assembléia que houve crepúsculo.

Pois é, diz ainda o Senhor governador: "Assim a autorização para que o Estado venha assumir como seus os compromissos financeiros da Cidade Industrial, exige uma reflexão política e moral sobre tais encargos. Mormente, quando há graves problemas sociais que se avolumam e que são prioritários". Senhor Deus, porque é a Deus que devemos perguntas, porque parece que a consciência do Estado já não percebe esse nível de indagação?

Pode haver problema social mais grave e mais prioritário, do que a geração de empregos no entorno de uma Capital, sitiada por milhares e milhares de miseráveis expulsos do latifúndio pelas colheiteiras das searas e dos campos; gente que veio a Curitiba, sem saber da sua história e da sua memória, nem das suas raízes; gente que vive à beira dos caminhos, que votou em Roberto Requião, acreditando ser a Cidade Industrial, um campo de golfe; que acredita no que se lhes diz, nestes múltiplos programas, que a nível oficial pode ser produzido e pago.

Haverá problema social mais grave do que se levantar a dívida da industrialização de uma Capital, industrialização é modernidade. Marx, de tantos o profeta e o guia disse: "que o mundo já foi muito explorado". Há que transformá-lo.

Há modernidade no teor da mensagem do ex-Governador João Elísio, e há na mensa-

gem do Governador Álvaro Dias, o antolho, o antonino, aquele instrumento que os colonos poloneses conhecem tão bem e que se coloca num animal quando vai puxar a carroça, para que ande só numa direção. Se o Palácio pretende horizonte de um tempo novo, oriente onde nasce o novo sol, que olhe para Curitiba; o Governador seja nosso vizinho e que perceba a lucidez do Parecer do Deputado Caíto Quintana; que olhe como vem eivada de razão a Mensagem do ex-Governador João Elísio, quando ele menciona três coisas muito próprias três coisas extremamente próprias.

Deputado Pedro Tonelli, eu lhe dou o aparte.

O Sr. Pedro Tonelli - Agradeço esta oportunidade, em que se volta à discussão, mas com muito brilhantismo pelos que ocuparam a tribuna até este momento. Sobre a Cidade Industrial de Curitiba, queria dizer ao nobre colega Rafael Greca, que posso até não enriquecer as justificativas, pois sou a favor do veto. Em relação ao início quando se encaminhava toda uma discussão, ainda não mudei de opinião, pois acho que o Governador está certo, do nosso ponto de vista. Questionávamos o endividamento dos Estados como questionamos também o endividamento dos Municípios, e achamos que, como o Governador está vetando, quer que nós comprovemos e demos o aval dos 82 milhões de dólares. Ele tem suas justificativas, nós certamente teremos justificativas, e ele, creio que terá também de vetar os 700 milhões de dólares de Salto Segredo e outras obras faraônicas, desnecessárias socialmente e deveria votar também os abusos do poder econômico e do poder público, certamente, mas nós ainda estamos aguardando a sua bondade.

Eu quero contribuir exatamente para enriquecer esse debate, dessa Sessão, creio eu, a última em que se debate a questão dos 82 milhões de dólares. Eu vi aqui a derrota da nossa proposta, o que aceitamos muito bem, porque nós sempre respeitamos muito bem a vontade da maioria, e nós questionávamos na época, também, a real e verdadeira função do Legislativo paranaense. E nós vimos a nossa postura derrotada. Eu queria ver no dia de hoje, na outra tribuna, na tribuna da Situação porque eles continuam a favor do veto, ou porque eles são contra o veto.

Essa argumentação, eu ainda não ouvi. Quero ver se não vai estar comprovado nesta Sessão de hoje, que a Casa de Leis do Paraná está a mando do Palácio Iguazu, eu quero ver sua independência, quero ver a sua transparência e ver a sua autonomia, por isso eu levanto uma provocação, dentro dessa brilhante oportunidade que o Deputado Rafael Greca, nobre companheiro, nos

concede. Quero ver se a Bancada majoritária, que votou a favor da autorização do empréstimo, votará contra, e se votar contra, eles têm que dizer porque. Isso vai deixar mais claro para todos nós o avanço político e o avanço das nossas reais situações em vista dos poderes estabelecidos neste Estado.

Muito obrigado, nobre colega.

Muito obrigado, demais presentes.

O SR. RAFAEL GRECA - O veto do novo sol se levanta no horizonte do poder, diz o seguinte: Que o sol que se pôs era imoral e leviano, porque não se prestou a iluminar os graves problemas sociais que afligem a cidade de Curitiba e o Estado do Paraná como um todo. À esta argumentação literária - que de resto não devia nem ser considerada pela Assembleia -, nós vamos opor a argumentação técnica que fundamenta o parecer do Governador João Elísio.

(Lê):

"Cumprе ressaltar que ao participar de um acordo global para solução dos problemas financeiros da Cidade Industrial de Curitiba, o Estado do Paraná não o faz a título gratuito ou discricionário, tem em vista preocupações superiores e de modo particular a consolidação do parque fabril paranaense.

Cerca-se, de outra parte, das garantias e instrumentos necessários para uma operação desta natureza. Basta mencionar que, como contrapartida dos débitos assumidos pelo Estado, este receberá da Cidade Industrial de Curitiba S/A., em dação de pagamento, a totalidade dos terrenos hoje existentes e o produto da venda dos mesmos.

Deputado Pedro Tonelli, Senhores Deputados.

A Cidade Industrial de Curitiba é o cenário para ação do PT e dos partidos trabalhistas, mas também é o cenário para geração das riquezas. Os infinitos recursos que podem advir daquele imenso patrimônio imobiliário que compreende toda a periferia sudoeste do município, vale muito bem para justificar o autógrafo do Governador João Elísio, para justificar a anterior votação da Assembleia e para desautorizar o presente veto do Governador Álvaro Dias.

Por outro lado, continua o Governador João Elísio: "Incumbirá ao Banco de Desenvolvimento do Paraná - vejam bem - Banco de Desenvolvimento do Paraná, na qualidade de gestor do Fundo de Desenvolvimento Econômico e como representante do Estado do Paraná, administrar, vender e receber o preço das vendas realizadas e transferir tais recursos para o Tesouro Geral do Estado.

Coerente com a sua política de fazer

do Paraná um Estado forte economicamente, a partir de uma base industrial sólida e moderna, o Governo do Estado tem plena convicção de que ao propor este projeto de lei estará não só diligenciando neste sentido, como preservando um patrimônio público inestimável, representado pelos bancos oficiais Estaduais, hoje seriamente ameaçados em sua saúde financeira e econômica, pelo endividamento da CIC".

Pois é, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Parece que se esvazia o Plenário e Curitiba fica em jejum com relação ao grande pão da vida que devia lhe reservar o futuro. Parece que ainda uma vez os que estão em palácio agem de maneira mesquinha, tratam oposição em relação, de oposição com Governo, e tratam a relação do Estado com Município e as relações políticas como um todo, como um jogo de futebol de várzea, que precisa ser ganho na canelada e sem muita razão. O importante é fazer gol.

Eis aí. Parece que pela ausência, a Bancada do Governo hoje faz gol contra. Ou será que fez gol contra na outra vez quando votou com o outro Governador em defesa da Cidade e teve a audiência do prefeito Requião neste Plenário defendendo a Cidade Industrial das suas contradições?

E eis aí também eu aqui defendendo o Prefeito Roberto Requião e a capacidade de endividamento da nossa Curitiba, defendendo-o com eloquência maior do que o seu companheiro de palanque, Deputado Nestor Baptista, defendendo-o com o dobro da eloquência das usadas por tantos que por ele foram eleitos.

Eis aqui a defesa da cidade, a clara e límpida defesa da Cidade contra o poder que tudo concentra. E eis mais: na Mensagem do Governador Álvaro Dias está a idéia de que tudo se vai deixar para quando venha a Federação, quando Constituinte nos dará uma Reforma Tributária que nós sabemos que não vem.

Senhores Deputados, de repente o Paraná diante da encruzilhada; Curitiba diante do veto; a Assembleia que é a casa e a moradia dos homens do voto, fazendo-se a Casa da confirmação do veto. E de repente a condenação de um Projeto Industrial sério, forjada por cabeças brilhantes, entre as quais algumas já falecidas, como, por exemplo, a do Governador Parigot de Souza, e mais a condenação de toda uma geração que se esforçou para libertar Curitiba do papel provinciano de ser somente a produtora das balas Zequinha, ou dos paralelepípedos do meu avô, ou da gengebirra do Hugo Cine, ou das bolachas Lucinda.

Eis de repente o veto contra a modernidade, o veto contra a Cidade. O discurso parlamentar sério do Deputado Caíto Quintana também vetado; a argumentação técnica

ca, séria, do Governador João Elísio Ferraz de Campos também vetada; a proposta dos técnicos financeiros da Prefeitura também vetada.

Sabe Deus em que noite nos traíram, Curitiba, porque o Prefeito aqui não está! Sabe Deus em que noite os judas nos venderam, Curitiba!

Eu não falo mais a este Plenário. Eu vou guardar as notas taquigráficas deste discurso porque há uma eleição no ano que vem, há o julgamento desta Sessão no ano que vem, há o momento em que toda a verdade será esclarecida pelo diálogo político, se infelizmente a História nos permitir.

De repente, Curitiba, o seu Prefeito já não está em plenário defendendo a sua liberdade financeira. De repente, Curitiba, o "príncipe" que está em palácio mudou a idéia e coloca grilhões. De repente, Curitiba e Paraná, a modernidade é cassada, é vetada, é proibida, porque de repente vale mais o interesse tacanho de um momento. Há que se dizer ao "príncipe", ao "príncipe" posto no palácio, que pode ser príncipe no sentido da Ciência Política, no sentido de definir horizontes para o povo, mas pode ser príncipe de conto de fadas, daqueles que acreditam na fada e na bruxa má, depende de quem se cerque e de como faça o seu discurso.

O Sr. Acyr Mezzadri - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Nobre Deputado Rafael Greca, estou prestando atenção ao seu pronunciamento e verifico que tem muita verdade na questão da preocupação com Curitiba, o Parque Industrial, a Região Metropolitana, o Paraná na recessão. A população, principalmente pela Agricultura, pela frustração das sucessivas safras deste Estado, procurou um lugar ao sol na busca de trabalho, de educação, de saúde, e com isso vieram a Curitiba, porque Vossa Excelência há de concordar comigo de que num projeto meramente pessoal, o Prefeito Jaime Lerner, tentou e trouxe a Curitiba a CIC, uma CIC para projetá-la a nível nacional. Deputado Rafael Greca, já que ele mantinha mais de cem pessoas na sua assessoria de imprensa, é óbvio que queria se projetar nacionalmente. Mas, veja bem Deputado Rafael Greca, nesse momento ele não observava, não teve o cuidado, o zelo para este Parque Industrial fosse distribuído em Bocaiúva do Sul, em Tamandaré, em Colombo, em Araucária, enfim prestigiando os municípios de toda a região metropolitana, tratou de concentrar um parque apenas num determinado local de Curitiba, trazendo com isso, uma questão difícil para a Cidade, como por exemplo, no transporte, na saúde, na educação, concentrando em suas mãos o po-

der de decisão que foi a Cidade Industrial.

Nós reconhecemos que a CIC não foi planejada pelo Governo do PMDB, foi planejada, isto sim, pela Velha República, Velha República a que Vossa Excelência pertencia e pertence até hoje.

Portanto, quando o nobre Prefeito Roberto Requião está levando para os bairros aquilo que a periferia na verdade precisa, aquilo pelo que a população clama, é justo que neste momento, depois de terem feito essa cidade, a famigerada Cidade Industrial, trazendo um ônus sério e pesado para Curitiba, o Prefeito Roberto Requião, do PMDB, nada mais tem de fazer se não tentar consertar aquilo que foi feito de errado no passado. Obrigado, Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - O Senhor, que representa Campo Largo da Piedade, merece, com certeza, uma certa, compaixão desse engenheiro, no sentido das suas afirmações a propósito de se instalar uma cidade industrial espalhada em toda a região metropolitana.

Claro que os municípios têm autonomia para terem distritos industriais, no entanto, se recomendar a implantação de uma cidade industrial a barra-vento da capital, por exemplo, em Colombo, sobre um solo calcário, extremamente montanhoso, extremamente quebrado como dizem os caboclos, seria, no mínimo, qualquer coisa de se desautorizar os setenta e cinco anos de história da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná, da qual o Dr. Jaime Lerner é uma das glórias, como também o Ministro Afonso Camargo, como também o Ministro Deni Lineu Schwartz, como também o Professor Parigot de Souza, de saudosa memória, como também o meu professor de urbanismo, o professor Ildefonso Clemente Puppy, de família de tradição lá na sua cidade da Piedade de Campo Largo. Eu só posso interpretar como retórica eleitoreira essa sua afirmação.

A propósito para a modernidade da Cidade Industrial como sendo projeto resultante da ambição pessoal do Prefeito Jaime Lerner, posso lhe dizer que realmente ele é um homem de largos horizontes. Tenho autoridade para dizê-lo porque eu o vi - na prancheta e no espaço da cidade - agindo para resolver os problemas do povo. Ele é comprometido com a solução e não com o problema, e eu vejo no seu discurso, Deputado Acyr Mezzadri, apenas o compromisso com o problema, e vejo no veto do Governador o compromisso com o problema. E vejo mais, vejo que é muito triste que não se perceba que era preciso acoplar à Cidade Industrial o pólo petroquímico de Araucária, que era preciso colocar a CIC a so-

tamento da nossa Curitiba, que era preciso gerar empregos que são todos eles para toda a região metropolitana e que se o transporte metropolitano vai mal, por exemplo, se o terminal de Pinhais tem um cadeado hoje e ainda não se fez a integração do transporte metropolitano, se as pessoas da grande Curitiba ainda não têm possibilidade de terem acesso à Cidade Industrial, também nisso vai muito de má gestão.

Quanto à Velha ou Nova República, eu não aceito nenhum nem outro dos cromos, porque eu acho mesmo que o melhor dos monumentos - a Nova e a Velha República - é o lodaçal do Lago do Parque Barigui. Parece que de repente a água desapareceu daquele Lago. Já o Rio Barigui não nos mata a sede, já o Rio Barigui não contempla as crianças com a visão cristalina do seu espelho de águas, há só o lodaçal, há lama antes da CIC, há lama depois da Cidade, mas sempre a lama, da Velha e da Nova República, afundando e sufocando as nossas profundezas.

Campo Largo da Piedade, a terra onde meu bisavô começou a industrialização do Paraná com o engenho da erva-mate do Itaqui, dos Macedos, ervateiros, que colocaram a roda girando lá no Itaqui. Campo Largo da Piedade, a terra da porcelana, dos oleiros, que dão forma à argila e transformam a realidade. Que missão a do obreiro, que transforma a terra em objeto! Que lição tão clara, tão cristalina, tão necessária. Tão necessária à esta Assembléia e à toda a classe política.

Sabe Vossa Excelência que quando se faz porcelana primeiro se molda o barro, depois, com um decalque, se coloca no prato um braço. Muito bem, quero lhe convidar, cidadão de Campo Largo da Piedade, a livrar a louça onde se servirá o futuro pão da vida do cromo da demagogia. A livrar a louça que nós políticos devemos moldar, como oleiros, para que todos tenham acesso ao pão da vida. Evitando o cromo do velho Governo, dos conflitos de partidos e da ambição. Quero lhe convidar, Deputado de Campo Largo da Piedade a, sobretudo, ter piedade de Curitiba e do Paraná.

O Sr. Acyr Mezzadri - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento).

Nobre Deputado, veja bem, é evidente que um homem público deve ser preparado, culto e ter profundo conhecimento técnico. Mas não podemos esquecer que muitas questões neste País devem ser discutidas, decididas, politicamente. E queria lembrar Vossa Excelência que durante os oito anos que o Prefeito Lerner era o mandatário de Curitiba ele jamais, em momento algum,

sentou-se à mesa da Associação dos Municípios da Região Metropolitana. Isto só aconteceu depois que o Deputado Maurício Fruet assumiu a Prefeitura de Curitiba. O ex-Prefeito Jaime Lerner jamais se dignou a conversar com os humildes Prefeitos da Região Metropolitana, de Bocaiúva do Sul, de Campina Grande e assim por diante.

E queria refrescar a memória de Vossa Excelência e deste plenário, dizendo que Campina Grande do Sul, município que não tinha uma sequer empresa foi beneficiada pelo Governador João Elísio, que incrementou, possibilitou, auxiliou de tal forma que mais de sessenta empresas se instalaram em Campina Grande do Sul. Que maravilha o PMDB dando espaço e empregando esta gente do Paraná, que mora nas cidades vizinhas, transformando-as em dormitórios.

Por isto não posso concordar com o planejamento da Cidade Industrial de Curitiba, mas entendo que hoje, depois desta barbaridade, precisamos conviver com o problema e encontrar uma forma de fortalecer a Prefeitura de Curitiba, para que ela possa então dar uma solução, remediar uma solução de um erro do passado.

O SR. RAFAEL GRECA - Pelo que percebo, Deputado, o veto vai permanecer. Agora, acho muito perigoso levarmos à discussão espacial da ocupação da Região Metropolitana de Curitiba para o campo do mérito do PMDB, ou do PDS, dos muçulmanos, dos xintoístas, dos budistas, dos islamitas, por que não dos rasacruzados ou dos positivistas. Acho extremamente perigoso. A ocupação espacial de cada município da Região Metropolitana se faz por uma história e num momento. A Campina Grande do Sul mereceu, sim, de Governos anteriores, lúcida intervenção; se não me engano há um projeto de urbanização lá executado, que faz inclusive o rosto da cidade muito gracioso, implantado em Governo anterior aos Governos do PMDB.

E mais. Esta visão de Região Metropolitana, que é de resto uma visão autoritária, porque embora tenha sido defendida pelo Prefeito Requião no Congresso Nacional, numa sessão memorável e que tive oportunidade de assistir, onde estava também o Deputado Maurício Fruet e o Deputado Max Rosemann, outro dia, quando estive na reunião do PDT, esta visão de Região Metropolitana é muito mais própria dos regimes autoritários e absolutistas. Ela tem um decreto de um ditador general. Ela fere a autonomia do município.

Não se pode culpar Curitiba por ser a Capital, porque foi esta Assembléia que escolheu Curitiba para capital num dia do ano de 1853. Não se pode culpar Curitiba de ser cidade grande, porque todas as cidades grandes atraem para si os problemas

da periferia, os problemas do campo. O problema do campo está na cidade. O problema da cidade está no campo. Mas o problema do campo e da cidade estão em Brasília.

Agora, o problema da cidade e do campo existem para serem discutidos e votados dentro desta Assembléia e não para serem simplesmente vetados. Vetados em nome do preconceito pessoal contra a ambição do ex-Prefeito Jaime Lerner. Vetados em nome do nascer de um novo sol, no oriente do Palácio Iguagu. Ora, eu sou paranaense, eu sei que o sol nasce no Oceano Atlântico, que é maior e mais forte do que qualquer príncipe de momento em Palácio; nasce além da Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, para lá da Ilha do Mel, e se põe no Rio Paraná. Não há crepúsculo, nem nascente neste Palácio, estão cegos todos! Cegos, nas trevas da irresponsabilidade política!

Não se pode, de repente, vetar o futuro de uma cidade, de um Estado, que vem com seriedade, vem endossado pela Oposição responsável, não se pode vetar isso em nome de preconceito pessoal, em nome de quinzinhas partidárias, em nome de questiúnculas, que sabe Deus a Constituinte resolva!

Tem o Deputado Gernote Kirinus o aparte.

O Sr. Gernote Kirinus - Nobre Deputado Rafael Greca, eu venho há quarenta e dois minutos acompanhando o seu discurso. Aliás, sempre me tem impressionado a forma com que Vossa Excelência se comporta na tribuna, em discursos cheios de graça, às vezes gracinhas, às vezes humorismo...

O SR. RAFAEL GRECA - Eu interpreto a sua intervenção, dita por um Pastor, no sentido de "cheio de graça" da Escritura, agradável aos olhos de Deus, portanto fico muito agradecido.

O Sr. Gernote Kirinus - Graça, em termos de humorismo; às vezes borboleteando em termos de humorismo, às vezes borboleteando em palavras doces e bonitas, com canto de poesia; outras vezes quase atingindo o orgasmo, em discurso empolgado, e nessa melodia em que Vossa Excelência conduz o discurso, nós até sentimos um certo prazer em ouvir Vossa Excelência se pronunciar na Tribuna!

Entretanto, quando se baixa ao sarcasmo de dizer que o Estado foi gigolô da Cidade de Curitiba, acredito que se comete uma injustiça, inclusive com aquele que foi idealizador dessa Cidade Industrial, que, na época, era gigolô de uma Revolução, a de 1964, e que também não deixou de ser gigolô do socialismo moreno do Senhor Engenheiro Leonel de Moura Brizolla! É

realmente lamentável que tenhamos que assistir o esvaziamento do Plenário, porque nem todos têm esta decisão de ficar escutando, não gostam de literatura ou de poesia. Mas, a verdade é de que estamos diante de um veto de um novo Governador, que teve sobre o mesmo assunto entendimento anterior. Se o Governador João Elísio, na sua generosidade, quis atender e entendeu de que através do Governo do Estado resolveríamos este grave problema, herdado do passado, que é a Cidade Industrial, dívida da CIC, o Governador Álvaro Dias teve outro entendimento, talvez mais ousado, e se comprometendo, junto conosco, e nós devíamos estar aliados a ele, para buscar estes recursos junto ao Governo Federal. Já que o Governo Federal tem recursos para construir uma Ferrovia norte-sul, será que não teria também recursos para o Paraná? E isto ele deve ao Paraná; pois durante tantos anos o Paraná ficou desprezado, marginalizado!

Eu acredito que não há contradição nenhuma em atender este chamamento do Governador Álvaro Dias e nos aliarmos em buscar estes recursos e resolver este problema, não com recursos do Paraná, de que nós tanto precisamos, mas talvez com recursos federais. Eu acho que neste sentido deveríamos nos unir. Portanto, podíamos encurtar o assunto, tratando-o mais diretamente e de forma mais prática, e dispensando a poesia, dispensando o lirismo.

E eu gostaria também de aproveitar, Deputado Rafael Greca, a oportunidade de dizer aqui, que hoje parece que caiu a máscara do PT, representado nesta Casa.

Dizer em aparte a Vossa Excelência que o deputado Pedro Tonelli, é favorável ao veto, mas invoca a independência do Poder Legislativo, clamando aos Deputados do Governo que são maioria, que rejeitem o veto. Portanto, não entendi, parece que ele quer simplesmente dizer de que ele é mais coerente do que nós, que quer mais uma vez brilhar com um personalismo particular, porque se ele realmente é favorável ao veto, então, não cabe a ele pedir a bancada do PMDB que derrube o veto.

Portanto, há uma contradição, e aproveito a bondade do seu aparte para registrar essa pequena contradição. E eu não vejo contradição de nossa parte em acompanharmos o Governador Álvaro Dias nessa jornada de querer realmente resolver o problema da CIC, mas por outra via, por outra forma, talvez mais favorável ao Paraná.

Seria esse o meu posicionamento e muito obrigado pelo aparte, deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Ilustríssimo Senhor Deputado.

O Sr. Domingos Scarpellini - Deputado Rafael Greca, eu estou inscrito também para um aparte e eu gostaria saber que colocação.

O SR. RAFAEL GRECA - Mas é necessário, é imperioso que eu responda com graça ao nosso pastor, por gentileza.

Ilustríssimo Senhor Deputado, entre a figura da borboleta e a da dobradiça, eu prefiro sempre a da borboleta. Porque ela traz em si a força da vida, e pode a cada primavera, renovar os espaços por onde circula. Já a dobradiça, vem amarrada numa porta, ou numa gaveta, ou numa estrutura. E dobradiça range, caduca, fica canhestra e precisa sempre ser lubrificada.

Entre a borboleta e a dobradiça, com certeza a borboleta é muito mais interessante. No entanto, nobre deputado, os recursos da linguagem, me parece que a língua usual do país é a língua portuguesa, podem perfeitamente ser usados pelos Senhores Deputados, desde que aparelhados para tal.

Usar a língua portuguesa para explicar tecnicamente o problema do drama da Cidade Industrial de Curitiba, me é facultado. Claro que, quanto mais convivi com os números, tanto mais me aproximei das palavras. Claro também que, pelo exercício da engenharia, pela minha formação de engenheiro, tento ser Deputado mais engenheiro da qualidade da vida do que aquele chato engenheiro que repete números e elocubrações técnicas que, de resto, às vezes aborrece.

Não tenho qualquer pretensão de fazer gracinhas neste plenário. Tenho sim, é a forte responsabilidade do meu batismo, do meu umbigo enterrado em Curitiba, e da minha herança que me faculta sepultura na terra desta cidade. Tenho autoridade de doze mil votos que me foram concedidos, nesta cidade capital. E tenho mais, tenho a certeza de que só assim, cidadão e exercendo a cidadania em plenitude, questionando inclusive quem está em Palácio, eu conseguirei ser sério e mudar este quadro negro, que está negro desde o dia em que a minha professora do pré-primário nele escreveu: "Crianças, vão para casa, hoje tem rebu".

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento do orador)

Eu a princípio gostaria de agradecer a Vossa Excelência pela aula pastoral que estamos recebendo nesta manhã. E acima de tudo Vossa Excelência fala em quadro negro. Será que este negro seria mais negro do que o quadro internacional publicado pelo Estado do Paraná de hoje?

Vossa Excelência, ilustre Deputado, critica a administração do Prefeito Roberto Requião.

Agora mesmo, a oportunidade que teve Vossa Excelência junto com seu partido, teve-a também o atual Prefeito Roberto Requião, que foi eleito através da preferência popular. Hoje nós temos Roberto Requião à frente da Prefeitura, e ele é um prefeito que nós reconhecemos como tendo o espírito voltado aos interesses sociais da nossa capital.

Agora, eu acho e entendo que Vossa Excelência fala em piedade, eu gostaria que Vossa Excelência tivesse piedade dos funcionários, do seu trabalho, porque Vossa Excelência está há uma hora na Tribuna e eu lamento pelos funcionários.

Muito obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA - A propósito só da sua região, Cianorte, esse trabalho tão admirável dos bóias-frias, dos cafeicultores, que sabem separar os grãos de café na peneira. Há que se separar, com certeza, Deputado, os grãos próprios para o consumo e os próprios para serem tidos como de boa colheita, e do que vai de errado, do que é colhido de errado e às pressas no meio dos cafezais. Isso até os bóias-frias sabem fazer.

Então, esta Assembléia precisa também ter a sabedoria dos bóias-frias, e separar com propriedade o que há de interesse público e de notoriedade histórica, e o que há de demagógico, do cromo, e que só serve a um momento político, e depois já é cadáver, já é matéria vencida.

Em política o palco é a oportunidade.

Eu convido Vossa Excelência a ajudar a derrubar esse veto, no sentido de que perceba que há muita gente de Cianorte também entre os beneficiados pelo ICM gerado na Cidade Industrial de Curitiba.

Quanto ao Quadro Internacional no jornal "O Estado do Paraná", eu, realmente, não sei se é a página de política internacional, se aconteceu alguma revolução, alguma explosão internacional, ou alguma outra coisa Vossa Excelência poderia me esclarecer...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Aconteceu realmente um assalto, ilustre Deputado.

O SR. RAFAEL GRECA - Mas, imagino que essa matéria não deva ser do interesse da Assembléia, no momento em que matéria de tão alta importância...

O Sr. Dirceu Manfrinato - É do interesse da Assembléia sim, nobre Deputado.

O SR. RAFAEL GRECA - Natural, mas não no momento em que...



O Sr. Dirceu Manfrinato - E ainda acho que a Assembléia Legislativa tem que se posicionar, porque ela bota aqui em dúvida o nome de cinquenta e quatro Parlamentares.

O SR. RAFAEL GRECA - Sobretudo um que esteja em Washington.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Inclusive Vossa Excelência também está no meio disto, e pode até estar sendo acusado indevidamente.

O SR. RAFAEL GRECA - Perceba, Deputado Dirceu Manfrinato, no momento em que a alta indagação da Cidade Industrial de Curitiba está posta nesta Assembléia por ocasião de um veto Governamental, Vossa Excelência resvala para uma discussão secundária, agora, hoje, secundária. Como também resvalou o Deputado que anteriormente me aparteu, quando tentou envolver questões partidárias e pessoais do Doutor Jaime Lerner.

Eu esclareço à consciência política do Paraná, que o doutor Jaime Lerner não vai ser cassado em seus direitos políticos, e pode até a vir disputar outra eleição.

Acho interessante...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Mas é campeão em derrota...

O SR. RAFAEL GRECA - Eu vou conceder aparte ao Deputado Pedro Tonelli, antes de concedê-lo ao Deputado Scarpellini.

Tem Sua Excelência, o Deputado Trabalhista, o aparte.

O Sr. Pedro Tonelli - Muito obrigado. Só vou aproveitar neste finalzinho de seu tempo em que me concede parte dele, para esclarecer em outras palavras, a dúvida do Deputado Gernote Kirinus que não entendeu a minha afirmação.

Portanto, eu me dou ao capricho de traduzir em outras palavras o que, certamente, todos entenderão nesta Casa. O que eu quis dizer e que eu queria ver aqui nesta Casa, a prova, no dia de hoje, se realmente o que se fala por aqui, de que muitos Parlamentares desta Casa são teleguiados palacianos, quero ver se isto é verdade. Porque, para mim, Deputado Gernote Kirinus, não está explicado ainda, que há menos de sessenta dias, nós autorizamos o Executivo a contrair empréstimo. Eu respeito a decisão da maioria nesta Casa. Por enquanto, não vejo porque, nós, hoje, vamos vetar este mesmo empréstimo, que foi aprovado há menos de sessenta dias atrás.

Se ele não entendeu, eu explico com outras palavras, ainda, mas creio que agora ele já tenha entendido.

Muito obrigado, nobre colega Rafael Greca.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Pela ordem artigo 48.

O SR. PRESIDENTE (Lindolfo Júnior) - Esta Presidência vai conceder, Pela Ordem, a palavra ao Deputado Gernote Kirinus, garantindo o tempo restante para o Deputado que usa a tribuna.

O SR. GERNOTE KIRINUS (Pela Ordem) - O Deputado Pedro Tonelli custará a entender, mas um dia tenho esperança que entenderá.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É muito triste que por decurso esse veto seja mantido, e que ele venha a Plenário no último dia que lhe conferia a Lei possibilidade de vir. Também é muito triste, mas nós preferimos adiar para o julgamento das próximas eleições, próximas eleições municipais de Curitiba, que de repente gente que teve voto em Curitiba, vete Curitiba. Também é muito triste que se alegem razões de isonomia municipal para se propugnar esse veto, quando com a sua autoridade de Líder, o nobilíssimo Deputado Caíto Quintana fez talvez melhor argumentação do que qualquer um de nós poderia fazer, com o Parecer que vai no bojo desse processo, sobre a viabilidade do Projeto de Lei do Governador João Elísio Ferraz de Campos, ora vetado.

Além do mais, é muito triste que o meu professor de economia, Doutor Francisco de Borja Magalhães, Secretário de Planejamento do Estado, de tão brilhante atuação ao tempo que na universidade, nos anos da repressão, nós dele ouvíamos e tomávamos lição. É muito triste que esse lúcido economista não tenha percebido o que há de errado neste veto. É muito triste, sobretudo, que de repente o futuro se julgue com a medida do passado, o futuro se julgue com a medida tacanha de partidos que já não existem, o futuro se julgue com a medida tacanha de vasilhas quebradas, pode ser até do barro do caulim lá da zona do Campo Largo da Piedade. De repente, com a medida do passado, das vasilhas quebradas dos partidos que já não existem, com o País num processo constituinte, o Governador deixa de defender os mais altos interesses do Paraná, deixa de se voltar para a Capital que o acolhe e de cujo cidadão ele se faz vizinho, para se colocar ao lado, sabe Deus, de que conselheiro obscuro, do lado, sabe Deus, de que tecelão de correntes que andou dizendo ao seu pé de ouvido: "Governador prenda no pé de sua mesa o Prefeito de Curitiba, Governador, não



alforrie a Capital, Governador não dê independência ao PMDB do Paraná". Mas, sobretudo, não terá inteligência este tão mesquinho conselheiro, e assim não terá dito ao Governador que olhasse para os nossos filhos, para os que vão nascer, e para os que mereceram a herança dos nossos atos.

Concedo aparte ao Deputado Domingos Scarpellini.

O Sr. Domingos Scarpellini - Nós hoje estamos recebendo aqui uma grande lição do discípulo de Salamanca. Falou da borboleta e da dobradiça, falou daqueles que fazem promessas de pagar conta e não pagam, falou do dia negro e do quadro negro, falou que o sol por aqui nasce no Atlântico, para lá um pouquinho de Paranaguá e Morretes. Falou da Nossa Senhora da Luz dos Pinhais.

O SR. PRESIDENTE (Lindolfo Júnior) - Esta Presidência informa ao nobre orador que encontra-se na tribuna que já se encerrou o seu horário.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Para encaminhar Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindolfo Júnior) - Um minuto então para conclusão, e posteriormente para encaminhar a votação, com a palavra o Senhor Deputado Domingos Scarpellini.

O SR. RAFAEL GRECA - Essa prorrogação é só para dizer a douda Assembléia e ao nobre Deputado Domingos Scarpellini que não mencionei a Senhora da Luz dos Pinhais, que pela minha convicção religiosa é a padroeira da cidade. Foi falha nossa. Quem sabe, com a intercessão de tão augusta Senhora, melhorava o nível da discussão e a Cidade Industrial não seria vetada. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Lindolfo Júnior) - Continua em discussão o veto apostado ao Projeto de Lei n. 293/86 de autoria do Poder Executivo. Com a palavra o Deputado do PMDB, Domingos Scarpellini, por sessenta minutos.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Tende piedade de nós..., disse o Deputado Rafael Greca e assumiu a "falha nossa". Deveria assumir a falha gritante, deveria assumir o erro gritante da dívida da Cidade Industrial de Curitiba.

O Deputado falou dos santos que rodeiam Curitiba, e esqueceu de falar exatamente da Santa Padroeira de Curitiba. Ele prefere falar do Santo da Piedade do que

da Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, exatamente para esquecer as questões de Curitiba. Mas, nós vamos fazer aqui algumas lembranças, para o discípulo de Salamanca, possa trazer em sua memória, que não é curta, as marcas daquilo que ele sempre defendeu, de princípios que sempre cultuou, e que de repente esquece e dizendo "falha nossa".

Aqui está se discutindo hoje, mas propriamente, quem é que vai pagar a dívida. Que dívida é essa tão discutida? Esta é a dívida da Cidade Industrial de Curitiba e do Município de Curitiba. Qual é o volume dessa dívida, Senhor Presidente e Senhores Deputados e povo do Paraná? A dívida é um valor realmente astronômico, para as posses de um Município e de um povo, como o povo de Curitiba e do Paraná.

São 80 milhões de dólares, valor dos empréstimos contraídos para fazer as vias expressas, as conectoras, para fazer os desenhos do engenheiro descoberto por Haroldo Leon Peres, o Doutor Jaime Lerner.

Esta é a dívida que está sendo discutida. Nós temos que discutir aqui quem fez a dívida, e por que fez. E não aquele que sempre defendeu, o autor da dívida, o Deputado Rafael Greca, vir aqui agora dizer quem é que vai pagar a dívida.

Nós sabemos quem fez, e o Deputado Rafael Greca quer determinar também quem paga a dívida nesta Casa. Para dívida tão grande, para valor tão alto, em situação tão difícil, nós precisávamos deixar do Santo da Piedade de Campo Largo, da Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, e pedir a vinda para cá da protetora dos endividados, a Santa Edwiges, nobre discípulo de Salamanca.

Aqui, para resolver estas dívidas, eu ainda me convenço que de que nem a Santa Edwiges poderá resolver.

Precisava de um conselho de santas, de santos, uma união com os nobres espíritos que também chegam pelos terreiros de pais de santos, nas reuniões de Candomblés, para que pudessemos resolver a dívida do Brasil, e a dívida de Curitiba...

O Sr. Pedro Tonelli - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Tem o aparte o Deputado que sempre diz que na sequência dá o aparte quando ele está na tribuna, no entanto, sempre se furta a dar o aparte.

Tem o aparte.

O Sr. Pedro Tonelli - Sempre não, e sim quando é possível.

Eu agradeço este aparte do Deputado Domingos Scarpellini. Acho, sinceramente, que Vossa Excelência está fazendo uma boa

argumentação. Acho que estes argumentos são embasados e deveriam ter sido colocados quando nós tivemos três dias de discussão no mês de março, pois realmente Vossa Excelência tem toda razão.

Acho que agora nobre colega, Deputado Domingos Scarpellini, realmente nós não podemos ficar aí dando a culpa para o santo, dando a culpa para o demônio, para Maria Virgem, para Maria das Dores ou para Maria do Sucesso e não sei mais o que.

Eu acho realmente que nós temos que, temos que localizar os reais culpados por essa dívida, o que aconteceu como resultado dessa dívida e eles é que terão que pagar porque os santos não vão pagar esta dívida, quem vai ter que pagar serão os reais culpados e a única pena foi que nós, como legisladores aprovamos e autorizamos o Governo do Estado a arrumar dinheiro nos Estados Unidos para vir cobrir uma dívida que, para mim e creio que para muitos, e sua Excelência está confirmando isso na Tribuna, não está muito bem claro a quem beneficiou. Aliás eu tenho certeza que a maioria dos necessitados do Paraná certamente não se beneficiaram com esta dívida. Portanto eu acho que a sua argumentação é fundamentada, embora quase tenha que dizer que se trata de matéria vencida. Assim, acho que cabe realmente colocar aqui a postura fria condizente, da qual nós somos imbuídos, isto é, a defender o interesse público nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Eu que agradeço a sua interferência.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu me inscrevo para um aparte.

O Sr. Algaci Túlio - Também desejo um aparte, Deputado Domingos Scarpellini.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Nós sabemos o quanto vem sofrendo o povo brasileiro em função das dívidas em função de um verdadeiro massacre que se fez contra a economia deste País. Ontem ainda, aqui nesta tribuna, denunciávamos a Ferrovia Norte-Sul, como um ato de corrupção, como um ato totalmente contrário aos interesses do povo brasileiro.

Denunciávamos e estamos pedindo aos companheiros do MDB e a todos aqueles que queiram engrossar a fila de protesto que se faz de norte a sul do Brasil contra a Ferrovia Norte Sul, para através de telegramas, manifestações, se posicionarem contrariamente a mais essa desgraça que está sendo implantada através do trem da alegria, que é um ato de selvageria contra o povo brasileiro.

Enquanto nós precisamos de um bilhão

de novas moradias para, em regime de urgência, atender o povo que não tem onde morar, está aí o anúncio de dois bilhões e meio de dólares para a construção de uma ferrovia que irá atender os interesses de alguns empreiteiros, de algumas empresas construtoras deste País, mas não aos interesses do grande povo desta Nação.

Por isso, estamos aqui agora questionando esta dívida de 80 milhões de dólares, porque esta dívida, nobre Deputado Rafael Greca, foi feita exatamente naquele período que o Senhor disse que viu a coisa negra neste País escrita no quadro negro. Ao contrário de muitos e de muitas, Vossa Excelência viu a coisa negra no quadro negro.

Foi nessa época em que os militares e os tecnocratas dominavam este País que se contraiu a dívida de 120 bilhões de dólares, que hoje custa ao Brasil um bilhão e 300 milhões de dólares por mês, dinheiro tirado dos nossos trabalhadores, tirado dos nossos filhos, tirado das gerações futuras para pagar aos banqueiros internacionais.

É aí, ilustre Deputado Rafael Greca, que eu acho que o lirismo e as colocações muitas vezes feitas em cima do gracejo servem apenas para desviar as atenções das coisas sérias que envolvem o País e o seu povo, portanto, a Nação Brasileira.

O Deputado Gernote Kirinus disse que Vossa Excelência, no alto da tribuna chegava ao orgasmo, enquanto ele aqui debaixo chegava ao prazer de um aparte a Vossa Excelência. Um chega a um ponto na tribuna e outro a um outro ponto aqui embaixo.

Ora, que colocação mais esquisita, que quadro dantesco. O discípulo de Salamanca fala das cercanias e do príncipe em palácio, que o príncipe vem e altera, que muda o curso da história e das coisas. Ora, tanto o príncipe em palácio como a princesa que temos nesta Casa, a Deputada Vera Agibert, são passageiros, um e outro, mas o Paraná e o seu povo não, o Paraná e a sua história não. Nós não podemos rasgar e queimar a história de um povo, como não podemos passar por cima da história do povo do Paraná.

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Milhões e milhões de paranaenses deixaram o Paraná exatamente nesse período em que o Deputado Rafael Greca diz que viu a coisa negra.

Foram para Rondônia, Mato Grosso e Pará. Milhares de famílias foram desfeitas em função de uma crise social gerada pelos desmandos praticados durante o período da ditadura.

Ilustre Deputado Rafael Greca, a Vossa Excelência que viu a coisa começar preta pelo quadro negro em 1964, pergunto agora

por que Vossa Excelência foi referendar um regime autoritário, se filiando a partido que dava sustentação política aos ditadores daquele momento?

O Sr. Rafael Greca - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Pelas mesmas razões que fazem Vossa Excelência permanecer no PMDB presidido honorificamente pelo beletista Senhor José Sarney.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - O PMDB não é presidido pelo Senhor José Sarney. O PMDB é um partido em que discute, que está sempre em movimentação, em busca da perfeição e do acerto, não é o partido do amém como era o PDS, a ARENA a que Vossa Excelência pertenceu.

O Sr. Rafael Greca - Eu nunca fui da ARENA.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Portanto, estou num partido que tem como Presidente Ulysses Guimarães. Vossa Excelência, Ilustre Deputado, é, ao que me parece, mal situado no PDT, porque pelo que consta, Vossa Excelência foi expulso na última reunião do PDT pelo Governador Leonel Brizola, lá em Brasília. Tem que dar explicações.

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Senhor Deputado Domingos Scarpellini, entendo até que seja um sacrilégio estarmos invocando aos santos para ajudar no pagamento da dívida da CIC. Não será nem mesmo Santa Edwiges, a protetora dos endividados, a salvar a irresponsabilidade de Ney Braga, por exemplo, de José Richa, de João Elísio e, hoje, de Álvaro Dias. A rolagem desta dívida é culpa da omissão desses governos que não respeitaram, nobre Deputado, um contrato que eu li na íntegra nesta tribuna, quando usei o meu tempo nesta Casa. Não respeitaram, um contrato, que estabelece a obrigação do Estado do repasse de 30% da arrecadação do ICM.

E sem olhar agora, pelo lado político, não venho aqui defender Ney Braga, e nem Jayme Lerner, estou defendendo a minha Cidade, a mesma que abriga a todos os Senhores Deputados. Sem olhar esse lado político, mas por um contrato que existe de fato e de direito, reclamo aqui também a omissão do próprio Prefeito Jayme Lerner, do Prefeito Maurício Fruet e do Prefeito Roberto Requião, que não brigaram por um direito líquido e certo que existe no contrato.

Por isto, entendo, Senhor Deputado Domingos Scarpellini, se depender dos santos que tanto foram invocados nesta manhã e no

começo de tarde, nesta Casa, tenho certeza que nós, Parlamentares, quem sabe, passaremos pelo purgatório e alcançaremos os céus, mas tenho certeza que os omissos governadores e prefeitos que não respeitaram o contrato certamente irão para o inferno. Muito obrigado.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Agradeço o aparte de Vossa Excelência que veio inclusive ilustrar a nossa discussão.

Em nome de quem? Por que que nós estamos aqui discutindo? Em nome dos endividados. Exatamente em nome dos endividados, porque endividado está todo o povo de Curitiba, do Paraná, e do Brasil. E essa dívida que está servindo para discutir a nossa crise, a situação falimentar e a nossa situação de moratória.

É preciso que saibamos, que cada brasileiro deve, do que está nascendo ao que está em idade avançada, Cz\$ 40.000,00, cada um. Essa dívida foi contraída para se fazer Itaipu, usinas nucleares, ponte Rio-Niterói, estrada Transamazônica, a Ferrovia do Aço e tantas outras desonestidades cometidas, feitas em nome do povo brasileiro. Verdadeiros escândalos foram feitos em nome dos brasileiros sem a sua oitiva.

O SR. EZEQUIAS LOSSO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, com todo o respeito que merece o digno orador que se encontra na tribuna, peço esta questão de ordem para fazer uma constatação da inexistência de quorum regimental para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE - (Lindolfo Júnior) Sr. Deputado Domingos Scarpellini, esta Presidência gostaria de lembrar a Vossa Excelência, conhecedor que é do assunto, porque já foi Deputado Estadual e o é, que esta Casa não poderá funcionar caso não tenha um terço dos Srs. Deputados presentes, em Plenário.

Eu solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Nilton Barbosa, que proceda a chamada nominal.

Esta Presidência gostaria antes, porém, de registrar a presença do Sr. Keizo Assahde, Diretor-Presidente da WOK Empreendimentos, e do Dr. Abílio Cardoso, Presidente da Associação Comercial Industrial de Umuarama, bem como a presença do Dr. Paulo Pimentel Gonçalves, Presidente da COLPAR - Laticínios de Umuarama, do Dr. Joaquim Martins, Presidente da Rede Placentalto de Supermercados, do Vereador José Evangelista, Presidente do Diretório do PMDB de Umuarama, que honram esta Casa com suas presenças.

O Sr. Primeiro Secretário procederá à chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal)

Dezenove Srs. Deputados responderam à chamada nominal. Há quorum para prosseguimento da sessão.

Concedo a palavra ainda ao nobre Orador, dizendo que quando Vossa Excelência falava, o cronômetro marcava 23 minutos e 27 segundos.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Portanto, Sr.

Presidente, Srs. Deputados, estamos em épocas difíceis, estamos vivendo momentos que prenunciam uma grande crise.

Desejo aos nossos governantes que estas crises não venham a desembocar numa convulsão social, onde teremos, certamente, um confronto mais direto entre os necessitados e marginalizados no processo produtivo deste País.

Ouvimos sempre falar do amanhã, neste País. Ouvimos sempre dizer que esse é o País em que se plantando tudo dá, ouvimos sempre dizer que esta é a melhor terra do mundo.

O povo brasileiro, ordeiro, pacífico e trabalhador está sendo triturado no dia-a-dia, pela incompetência daqueles que nos governaram e de alguns que, ainda e infelizmente, nos governam.

Quando o Presidente da República cede a uma pressão e autoriza a construção de uma ferrovia como essa, é momento para reflexão, inclusive deste Parlamento, porque não podemos apoiar aqueles que dão sustentação a tamanha falcatura e desmando. Não podemos ficar calados atrás das dobradiças, das portas, a ouvir os estalos das borboletas do Deputado Rafael Greca. Não podemos vir a este parlamento apenas para conjugar o verbo "borboletear", ou apenas para falar quem são os caloteiros; aqui ouvi dizer que o Sr. Dilson Funaro, o ex-Ministro da Fazenda deste País, era caloteiro, porque tinha pedido a moratória.

Ora, o que falar, então, daqueles governantes que fizeram a dívida em nome do povo brasileiro? Falaram que o governo brasileiro era caloteiro...

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Lindolfo Júnior) Concedo a palavra, Pela Ordem, ao Sr. Deputado Algaci Túlio, lembrando a Vossa Excelência que é somente uma Questão de Ordem.

O SR. ALGACI TÚLIO - Obrigado.

Em razão do interesse que provocou esta discussão da CIC, e tenho certeza que outros Parlamentares do PMDB também usarão a tribuna, solicito a prorrogação da sessão por mais duas horas.

O SR. PRESIDENTE - (Lindolfo Júnior) Isso

só será possível se não tivermos oradores inscritos, só temos quorum no momento para discussão e não para votação.

Quero lembrar a Vossa Excelência que, de acordo com a Constituição do Estado do Paraná, mais precisamente no seu artigo 28, parágrafo quinto, "considerar-se-ão mantidos os vetos não apreciados pela Assembleia Legislativa em quarenta e cinco dias".

Quero lembrar-lhe que hoje vence o prazo dos vetos que estamos discutindo.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Solicito verificação de votação da proposta do Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Mas a proposta não foi aceita pela Mesa.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - (Questão de Ordem)

Gostaria apenas de fazer uma colocação em relação ao quorum para prosseguimento da sessão, ou quorum para votação.

Como estamos no período de discussão, creio que o quorum para votação somente deverá ser constatado no momento da votação.

Portanto, é perfeitamente possível a votação nesta sessão, ainda, dos vetos apostos pelo Sr. Governador.

Gostaria que esta Mesa considerasse esta Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE - (Lindolfo Júnior) Estamos consultando a Assessoria Parlamentar desta Assembleia e gostaríamos de continuar concedendo a palavra ao ilustre Parlamentar, Deputado Domingos Scarpellini.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Portanto, Sr.

Presidente, Srs. Deputados, mesmo interrompido algumas vezes, até reiteradas vezes nesta tribuna, gostaria de continuar a expor a nossa posição e a posição do Governador e do PMDB, em relação a isto tudo que aí está.

Se nós, que somos o PMDB, se o povo brasileiro que acredita nas mudanças e transformações, não poderia imaginar outra coisa senão o grito de independência dos brasileiros em relação à dívida externa.

Por isto, o porta-voz do povo desta Nação, o ex-Ministro Dilson Funaro, propôs a moratória. E aqui, internamente, que sustentação foi dada à sua proposta? Muitos que estão a nos acusar, saíram pelas tribunas, pelas ruas, a dizer que o Brasil agora é governado por caloteiros...

Gostaria de perguntar: caloteiro é quem pede moratória ou é quem faz a dívida externa, em nome do povo, sem consultá-lo? Caloteiros são, sim, aqueles que se apos-

saram do dinheiro externo e transformaram as obras que deveriam ser construídas aqui, em depósitos secretos nos bancos suíços. Estes são os verdadeiros caloteiros, que deveriam estar nas cadeias, nos julgamentos de tribunais do povo, e que, no entanto, ainda percorrem as tribunas e tomam assento nos Paramentos!

Fala-se que Hitler matou milhões, através de suas metralhadoras, dos seus canhões e dos seus cães amestrados, mas se olharmos aos que estão morrendo de fome neste País, pelas ações de Delfim Neto, pelas ações dos Governos após 1964, veremos que matou-se mais de fome neste País, do que os mortos na Segunda Guerra Mundial.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Questão de Ordem)

Sr. Presidente, queríamos que fosse observado pela Mesa, que o nobre Deputado Domingos Scarpellini não está discutindo a matéria propriamente dita.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Exatamente esta dívida da CIC é irmã gêmea da dívida externa, essa aqui nasceu do mesmo ventre, e talvez fruto do mesmo ato!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, corremos pelo Estado do Paraná. São milhares e milhares de pequenos produtores desesperados; se olharmos a periferia de Curitiba, Londrina, Apucarana, Maringá e Cascavel, são milhares e milhares de brasileiros, velhos, pais, mães, crianças, na marginalização e no esquecimento.

A desagregação é muito grande, no campo e nas cidades, e os problemas do campo são os problemas da cidade, e os problemas da cidade são os problemas do campo, pela aula do filósofo discípulo de Salamanca, Deputado Rafael Greca.

No País onde tudo que se planta dá, e também muita coisa se dá sem plantar, vemos que a crise está generalizada e que o processo falimentar em que entrou o povo e a Nação brasileira, realmente nos leva a um quadro chocante e triste!

No nosso litoral, são milhares de pescadores, que ainda vivem no final do século passado, marginalizados do processo de cultura da época em que vivemos. Talvez esta situação muitos não a conheçam porque vivem lá pelas ilhas do Chile, do Pacífico, do Equador, e diz aqui o ilustre Deputado, outros nos vãos relâmpagos de Washington a Miami. Os grandes voadores até parecem aquelas aves pré-históricas que voavam e estão a cortar o mundo, enquanto o nosso povo não tem o que comer nem onde dormir.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindolfo Júnior) - Concedo a palavra, Pela Ordem, ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, usei a tribuna com dados e contrato nas mãos, em cima de uma matéria séria.

Da mesma maneira o Senhor Deputado Rafael Greca, também baseado em dados concretos, igualmente usou a tribuna, sendo aparteado pelo Senhor Deputado Gernote Kirinus sugerindo que fazia gracinhas, de que borboleteava na tribuna.

Parece-me que a mesma maneira está sendo adotada pelo Deputado Domingos Scarpellini, que está se desviando muito da matéria, do assunto, fazendo gracinhas que têm servido até de motivo de riso aos Parlamentares.

Gostaria que se considerasse a seriedade da matéria. Eu não vim a esta Casa para brincadeiras. Discuti a matéria com todo o respeito e estou acompanhando os demais Parlamentares. Mas, sobretudo, é necessário que uma dívida de 82 milhões de dólares de uma cidade, em relação à qual o Estado tem responsabilidade contratual, seja aqui discutida com seriedade.

O SR. PRESIDENTE (Lindolfo Júnior) - Eu gostaria de solicitar ao Senhor Deputado que faz uso da tribuna que, por favor, se atenha à matéria.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Estou exatamente, Senhor Presidente, tratando da matéria.

Agora, se a dívida foi contraída em dólares, se nós temos um problema que hoje aflige toda a sociedade brasileira, não foi por acaso. Não foi por obra da engenharia genética, da engenharia de parques, ou da engenharia civil, que de repente aparece aqui, à nossa frente, uma dívida de 82 milhões de dólares.

Não foi por obra do Aladim da Lâmpada, que essa dívida chegou aqui. Para que chegassemos a este ponto houve as negociações, conversações, propostas, as viagens, e a troca de dados e informações, para enfim termos os contratos e a liberação dos dólares que também não vieram para o Paraná voando. Eles vieram para cá através de transferências de créditos para que o Prefeito da época gastasse e aplicasse esses fundos, assim como a dívida externa brasileira. Também passou por um processo de negociação, aplicação, de contratação, sem o que evidente, nós não teríamos uma dívida de 120 milhões de dólares.

Por aqui não choveu dinheiro e o dinheiro não se multiplicou plantando, porque ele não se multiplica assim, nem através da engenharia genética do nosso ilustre Deputado Rafael Greca.

Estou conversando e contando como as coisas foram acontecendo e de como elas chegaram e como estão hoje. Foi feita essa dívida. Eu gostaria de conceder o aparte a Vossa Excelência, Senhor Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca - É só para lhe dizer, Senhor Deputado Domingos Scarpellini, que Vossa Excelência fez alguma elocubração aí em matéria de engenharia genética, e tentava colocar no mesmo útero, a dívida externa do País, a dívida da Cidade Industrial de Curitiba, que é uma dívida de implantação de infraestrutura, portanto de implantação de ruas, postes, rede elétrica, rede de saneamento e loteamentos, e, sobretudo, uma dívida de direito urbanístico, no sentido de que a justiça no Brasil anda mais lenta do que as desapropriações necessárias, e depois as sentenças sempre vêm grafadas com maior valor pela inclusão das benfeitorias, e não com o valor primitivo dos terrenos. Agora, se Vossa Excelência insiste em colocar todas as dívidas no mesmo útero, parece que é o útero da mãe Pátria, e parece que já tantas vezes profanado...

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - O da mãe corrupção.

O Sr. Rafael Greca- Também. Mas, talvez, o móvel seja a corrupção, e a mãe seja Pátria. Eu sugeriria que Vossa Excelência incluísse também por um problema de engenharia genética, nesse monstro de várias cabeças que o seu discurso está produzindo, uma espécie dessas criaturas de teratologia que nascem com três, quatro, cinco cabeças, colocasse também Senhor Deputado Domingos Scarpellini, a dívida do Grupo Atalla, por exemplo, ela é de 92 milhões de dólares; a da CIC, é de 82 milhões de dólares.

É preciso que se esclareça que não é uma dívida externa, como a dívida da Cidade Industrial, ela é dívida interna, com o BADEP e com o BANESTADO.

Não sei se bastou o Governador João Elísio dizer isso, e o Senhor Deputado Caíto Quintana estudar exaustivamente a matéria. É dívida da implantação de uma Cidade Industrial para gerar empregos em Curitiba.

No mais, me honra muitíssimo que me atribuam um título que não tenho, porque eu só passei na porta da Universidade de Salamanca; no entanto, se dela fosse doutor, eu me sentiria muito honrado. Não tenho nenhum título de doutorado, sou simplesmente engenheiro civil graduado na Universidade Federal do Paraná. Aliás, também por causa dessas dívidas todas, como todos os velhos deste País, já um pouco

esclerosada, endividada e muito mal parada, aos 75 anos de idade.

Era isto.

No mais, as minhas homenagens pela sua criatividade, e o nosso agradecimento por nos proporcionar um banquete léxico e semântico, no momento em que a Assembléia, pelo menos uma parte dos Senhores Deputados, jejua à hora do almoço. Era isso.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Eu não disse que Vossa Excelência tinha frequentado a Universidade de Salamanca. Disse que Vossa Excelência era um dos filósofos de Salamanca. Eu nunca estive na casa em que nasceu Jesus Cristo, nem passei pela sua porta, mas sou um defensor do cristianismo, sem ter frequentado nenhuma universidade que prega a filosofia cristã.

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Realmente, somos vítimas de uma situação crônica, do arbítrio, da prepotência e, pior que isso, vítimas do desejo e da vontade pessoal daqueles que sempre nos governaram.

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Senhor Deputado Domingos Scarpellini, Vossa Excelência utiliza essa tribuna há mais de quarenta minutos, e estou atentamente acompanhando o seu pronunciamento, na expectativa que Vossa Excelência me diga qual a razão real da mudança de pensamento da Bancada do PMDB em relação ao veto.

Apenas uma explicação.

Que tipo de acerto teria havido entre o Governador Álvaro Dias e o Prefeito Roberto Requião? Vou mais além, nobre Deputado, porque não quero vê-lo daqui a alguns meses, semanas, ou daqui a um ano, e teremos ainda quatro anos pela frente, Vossa Excelência usar a mesma tribuna e criticar Sua Excelência o Governador, que, de repente, por vias não diretas, mas, indiretas, tenha liberado verbas ao Prefeito do Município, ou quem sabe, na época, não seja mais o PMDB, não seja mais Roberto Requião, para solucionar o problema da Cidade Industrial.

Então, quero alertá-lo para o que pode acontecer no futuro, e espero que Vossa Excelência me diga qual foi o acerto existente, que hoje, a Bancada da Situação venha aqui votar favoravelmente à manutenção do veto.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Eu gostaria de esclarecer a Vossa Excelência que pelo que se sabe, e pelas informações que o Governo nos oferece, a folha de pagamento já ultrapassou aos 100% da arrecadação

do ICM. O Governo do Estado do Paraná não tem condições de arcar com esse tipo de compromisso, com outros compromissos. Ora é evidente, que o Governador Álvaro Dias se pudesse tudo faria para liquidar os problemas que afligem não só a Curitiba, mas a dezenas de municípios paranaenses.

A informação que temos é a de que a arrecadação do Estado caiu, a folha de pagamento e os encargos aumentaram. Portanto, a situação não é das melhores, conforme havia sido anunciada pelo ex-Governador João Elísio. Isso tudo se dá em função de uma crise que estamos passando a nível nacional.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Senhor Deputado estou aguardando o aparte que solicitei desde o início de seu pronunciamento.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Já vou fornecer o aparte a Vossa Excelência.

Fiz uma alteração nas inscrições, mas dentro do possível vou estender a Vossa Excelência, os benefícios do aparte.

Então, a questão de assumir a dívida é uma questão muito séria porque o Estado terá que efetuar em seguida os seus pagamentos.

O Sr. Algaci Túlio- Vossa Excelência me permite um aparte?  
Só para complementar.

Parece-me que Vossa Excelência diz que o Governador João Elísio mentiu em seu discurso.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Muito pelo contrário. Eu não disse que o Governador mentiu. Disse que o Governador havia anunciado que naquela época, ilustre Deputado, não estávamos vivendo os momentos que estamos vivendo hoje, de uma moratória decretada pelo Governo Brasileiro. A crise está aí. Todos nós temos o dever de sentir, de viver este momento difícil que estamos atravessando. Portanto, não se esperava que a situação fosse se agravar conforme vem se agravando.

Esperamos que dias melhores para a economia desta Nação estejam bem próximos, porque dificilmente o povo conseguirá fazer uma grande marcha em busca desses dias, se eles estiverem realmente longe.

O Sr. Algaci Túlio- Vossa Excelência me permite um aparte?

Só para completar, nobre Deputado. Permita-me mais uma vez, depois encerro aqui minha participação.

Gostaria então de entender que Vossa Excelência também concorda comigo quando falo que Ney Braga, José Richa, João Elísio, Álvaro Dias, não estão cumprindo o que está dentro do contrato que é o repas-

se de 30% do ICM à CIC, o que cumprido, não ocasionaria esta dívida.

O Sr. Dirceu Manfrinato- Senhor Deputado, eu estou aguardando o aparte de Vossa Excelência, porque o horário está terminando, e vou tomar as providências de encaminhar a matéria.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Dirceu Manfrinato- Eu gostaria de solicitar da Mesa que confirmasse por gentileza quantos minutos ainda tem o Senhor Deputado que está na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Lindolfo Júnior)- O Deputado José Domingos Scarpellini ainda tem três minutos para concluir seu pensamento, seu raciocínio.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Ilustre Deputado. Aqui se ouviu muito com relação a Cidade Industrial. Mas se nós formos buscar as fitas no momento em que lançaram a Cidade Industrial através de cadeia em televisão, e até as fitas gravadas através das emissoras de rádio, nós vamos encontrar episódios, de pessoas que as vezes pelos interesses eleitoreiros, de promessas de uma construção até faraônica, talvez, na época, ou até através dos interesses pessoais ou particulares, o que sobra hoje é um Parlamento em que se discute entre Parlamentares: Parlamentares que não tiveram a mínima culpa e a mínima responsabilidade.

Vossa Excelência, Deputado Algaci Túlio, deve medir um pouco mais as suas palavras, quando acusar o ex-Governador José Richa de irresponsável, e até mesmo o Governador Álvaro Dias, no aparte em que fez ao orador da tribuna. Irresponsáveis foram os atos praticados até por Vossa Excelência e o seu partido, no passado.

Se hoje se discute em relação ao veto, é óbvio e evidente, que cada governador tem uma forma de governar, como foi o estilo do Governador José Richa, como foi o estilo do Governador João Elísio Ferraz de Campos, e como é o estilo do Governador Álvaro Dias.

E evidente de que se fale que Cianorte é a terra dos cafeeiros, o Norte Novíssimo, do grande parque cafeeiro do passado, foi também responsável pelo desenvolvimento da Capital do nosso Estado. Não é a Cidade Industrial, que está devendo a Cianorte, ao Norte Novíssimo, ao Noroeste do Estado, eu sei disso, mas ilustre Deputado Domingos Scarpellini, o Norte Novíssimo, digo isto, porque tenho a honra de representá-lo, contribuiu através da sua per-



missão, para que as grandes exportações deste Estado, no setor cafeeiro, ajudassem a nossa Capital.

É evidente, que defendo a minha região, mas, cabe-me também uma parcela de responsabilidade em defender Curitiba, porque Curitiba, é a Capital do meu Estado.

O Sr. Algaci Túlio - (Pela Ordem). Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindolfo Júnior) - Gostaria de conceder Pela Ordem, a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio- Senhor Presidente, o aparte que fiz ao Senhor Deputado Domingos Scarpellini, foi baseado num contrato que existe, quando afirma que até o Governador Ney Braga foi irresponsável em não fazer o repasse contratualmente definido.

Agora, apelo apenas, para que me explique a Presidência, pois parece que se esgotou o horário da Sessão, e, conseqüentemente, a matéria já está vencida.

O SR. PRESIDENTE (Lindolfo Júnior)- Temos apenas um minuto, e encerraremos a presente sessão.

Não temos mais tempo, infelizmente.

Com relação ao requerimento de Vossa Excelência, solicitando a prorrogação, gostaríamos de lembrar que, quando a prorrogação se destinar a votações, só poderá ser concedida com a presença da maioria absoluta dos Senhores Deputados.

Deputado Algaci Túlio, demais Senhores Deputados, gostaria de dizer que está encerrada a presente sessão, e mantidos os vetos do Senhor Governador do Estado.

Convoco uma sessão para segunda-feira, 18 de maio.

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n. 42/87, VETO aposto ao Projeto de Lei n. 227/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 126/86), que objetiva alterar os dispositivos da Lei n. 8.216, de 31 de dezembro de 1985, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), conforme especifica. (Altera item V, do artigo 14 da Lei n. 8.216- Referente a ônibus). Mantido o veto.

Ofício n. DTL/29/87.

Curitiba, 31 de março de 1987.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n. 03/87, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da competência que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do § 1.º, do art. 28, da Consti-

tuição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei n. 227/86, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo dar nova redação ao art. 5.º, da Lei n. 8.216, de 31 de dezembro de 1985, que trata do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, assim como alterar a redação do inciso V, do art. 14 da mesma lei, o veto parcial incidiu sobre as disposições do Art. 1.º.

A negativa de sanção ao plano de lei em exame, ao reduzir de 1% para 0,5% a alíquota do IPVA incidente sobre veículos tipo ônibus, exclusivamente empregados em linhas de transporte interurbano ou intermunicipal de passageiros, decorre da atual conjuntura econômico-financeira do Estado, que difere daquela existente por ocasião da remessa da Mensagem, não permitindo ao governo abrir mão de qualquer tipo de receita pública, sob pena de comprometer a implementação dos programas governamentais de âmbito social.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER À PROPOSIÇÃO N. 042/87

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI N. 227/86

Examinando-se o veto parcial aposto ao Projeto de Lei n. 227/86, verificou-se que o mesmo incidiu sobre as disposições do artigo primeiro, as quais visam reduzir de 1% para 0,5% a alíquota do IPVA incidente sobre os ônibus empregados em transporte interurbano ou intermunicipal.

Alega o Sr. Governador, que a razão do veto decorre da atual conjuntura econômico-financeira do Estado, que não permite ao Governo abrir mão de qualquer tipo de receita pública, sob pena de comprometimento dos programas de ação social.

Constatou-se ainda, que o mesmo obedeceu ao preceituado pelos §§ 1.º e 5.º, do art. 28, da Constituição Estadual.

Nestas condições, nosso parecer é pela manutenção do veto parcial.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 28.04.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Relator.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n. 43/87, VETO aposto ao Projeto de Lei n. 294/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 166/86), objetivando alterar os dispositivos que especifica, da Lei Complementar n.

01, de 02/08/72, que com as alterações introduzidas pela Lei Complementar n. 18, de 29/12/83, dispõe sobre o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais. - Mantido o Veto.

Ofício n. DTL/30/87.

Curitiba, 31 de março de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n. 07/87, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da competência que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do § 1.º, do art. 28, da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei Complementar n. 294/86, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar dispositivos da Lei Complementar n. 01, de 02 de agosto de 1972, que, com as modificações introduzidas pela Lei Complementar n. 18, de 29 de dezembro de 1983, dispõe sobre o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais - CCRF, tendo o veto parcial incidido sobre as expressões "a letra "C" do art. 23, e o art. 25 e seus parágrafos, da Lei Complementar n. 01, de 02 de agosto de 1972 e demais" contidas no art. 3.º.

As expressões vetadas, se acolhidas, levariam à extinção a Terceira Instância Recursal, exercida pelo Secretário de Estado das Finanças, por provocação dos Representantes da Fazenda Pública no Conselho, em casos em que não houvesse unanimidade em decisões contrárias os interesses do fisco. O veto a elas aposto evita a extinção referida, atendendo os interesses da Administração, pois a manutenção da instância recursal exercida pelo Secretário de Estado das Finanças é instrumento capaz de evitar problemas que poderiam surgir, em relação à política fiscal do Estado, quando oriundos de reiteradas decisões administrativas, com reflexos negativos na arrecadação tributária. Trata-se de um eficiente mecanismo de ajuste de rumos na condução da política econômica-financeira do Estado, do qual não haveria interesse de se abrir mão em momento conjuntural que impõe os mais rígidos controles por parte das autoridades condutoras de tal política, não só no âmbito estadual, mas também nas esferas de atuação da

União e dos Municípios.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER AO VETO PARCIAL APOSTO  
AO PROJETO DE LEI

COMPLEMENTAR N. 294/86

Examinando o veto parcial aposto ao Projeto de Lei Complementar n. 294/86, constatamos que o mesmo ocorreu no prazo estabelecido pela Constituição do Estado do Paraná, estando, portanto, em condições de ser apreciado por esta Casa de Leis.

Fazendo uma análise às razões do veto parcial, verificamos que o mesmo obedeceu ao que preceituam os artigos 47, inciso III e 28, § 1.º, ambos da Carta Magna Estadual.

O autógrafo objetiva alterar dispositivos da Lei Complementar n. 01, de 02 de agosto de 1972, que, com as modificações introduzidas pela Lei Complementar n. 18, de 29 de dezembro de 1983, dispõe sobre o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais - CCRF; tendo o veto parcial incidido sobre as expressões "a letra c, do artigo 23 e o art. 25 e seus parágrafos, da Lei Complementar n. 01, de 02 de agosto de 1972, e demais contidas no art. 3.º.

O veto aposto às referidas expressões, evita a extinção da Terceira Instância Recursal, exercida pelo Secretário de Estado das Finanças, atendendo aos interesses da Administração Pública, na condução da política econômica-financeira do Estado.

Assim também entendendo, o nosso parecer é pela manutenção do Veto Parcial.

Sala das Comissões, em 28.04.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
EDMAR LUIZ COSTA - Relator.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.